

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO**  
**Caroline Cunha Frutuoso Belomo**

**As percepções de jovens sobre questões socioambientais e  
possíveis contribuições da Educação Ambiental**

**Americana/SP**

**2014**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO**

**Caroline Cunha Frutuoso Belomo**

**As percepções de jovens sobre questões socioambientais e  
possíveis contribuições da Educação Ambiental**

Dissertação apresentada  
como exigência parcial para  
obtenção do grau de Mestre  
em Educação à Comissão  
Julgadora do Centro  
Universitário Salesiano de  
São Paulo – UNISAL - sob a  
orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>  
Valéria de Oliveira  
Vasconcelos.

**Americana/SP**

**2014**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Belomo, Caroline Cunha Frutuoso.

B39p As percepções de jovens sobre questões socioambientais e possíveis contribuições da Educação Ambiental / Caroline Cunha Frutuoso Belomo. – Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2014.  
98 f.

Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL/SP.  
Orientadora: Valéria de Oliveira Vasconcelos.  
Inclui bibliografia.

1. Educação ambiental. 2. Sustentabilidade. 3. Meio Ambiente.  
4. Jovens. I. Título.

370.1934

Catálogo elaborado por Lissandra Pinhatelli de Britto – CBR8 75/39  
Bibliotecária UNISAL Americana

Caroline Cunha Frutuoso Belomo

As percepções de jovens sobre questões socioambientais e possíveis  
contribuições da Educação Ambiental

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação no Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL.
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ pela comissão julgadora:

**Banca examinadora**

Prof. Dr.: Luis Antonio Groppo

Instituição: Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL

Assinatura:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>: Renata Sieiro Fernandes

Instituição: Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

Assinatura:

---

Prof.<sup>a</sup>: Valéria Oliveira de Vasconcelos (orientadora)

Instituição: Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL

Assinatura:

---

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que em momentos em que tive que me superar Ele me trouxe paz, força e luz.

Aos meus pais, que foram os primeiros a semear na minha vida com atenção e carinho para o meu crescimento pessoal e profissional.

Ao meu marido, companheiro e amigo de muitas lutas, de muitas alegrias e vitórias, pai das minhas filhas, as pessoas mais importantes da minha vida, as quais me trouxeram o estímulo para estudar algo novo que me possibilitasse ser uma pessoa melhor e mudar minha orientação profissional.

As minhas filhas, que são a razão pela qual me supero e busco ser uma pessoa melhor.

*Renda-se, como eu me rendi. Mergulhe no que você não conhece como eu mergulhei. Não se preocupe em entender, viver ultrapassa qualquer entendimento.*

*(Clarice Lispector)*

## AGRADECIMENTOS

Agradecimento primordial não poderia deixar de ser ao meu querido Deus Pai, que me permitiu sonhar de uma forma que alargasse meus horizontes. Sonhei, busquei e conquistei, um sonho foi plantado em mim. Obrigado ao Deus que o semeou!

Ao meu marido, Hugo, que esteve ao meu lado nos momentos em que estive acamada e nos momentos em que me recuperei e fui à luta; nas horas em que me lamentei e nas horas em que, de uma forma ou de outra, demonstrei total alegria diante de todos os desafios e lutas. Obrigado pelo sorriso diário, pelo seu investimento em mim e por todas as vezes que você soube me abraçar e mesmo em silêncio conseguiu me acalmar e me dar forças. Essa conquista é nossa!

À minha amada filha Raquel que, desde seus quatro meses de idade se mostrou compreensiva com minhas ausências e muitas vezes, brincava ao meu lado enquanto eu me dedicava às aventuras do mestrado. Às minhas filhas gêmeas Aline e Mariana, que já estão participando de todos os sentimentos e de todas as minhas vitórias nessa caminhada.

As conquistas mais importantes são aquelas que semeamos e colhemos juntos. Vocês quatro se fizeram sempre presentes durante esta trajetória.

A um grande homem que certamente está orgulhoso, meu pai Ademir. Pai agradeço a você por tudo que sou hoje, por todo incentivo e estímulo. Se hoje eu sei o que é ser uma pessoa que respeita ao próximo e, sobretudo cuida para que a vida seja vivida com harmonia e paz, foi porque você me ensinou isso.

À minha mãe, Liliana, que é uma das pessoas mais criativas que conheço, que sempre demonstra orgulho das filhas e de tudo que conquistamos até hoje. Minha mãe fez parte de minhas conquistas!

Ao meu sogro Osvaldo e sogra Leonilda que, quando precisei, no dia-a-dia contribuíram para que eu conseguisse estudar, pesquisar e escrever, cuidando de algumas tarefas que são importantes para mim, como cuidar da Raquel.

Ao Professor Doutor Luis Antonio Groppo, primeiro orientador desta pesquisa, agradeço pela atenção, gentileza, apoio, paciência e tantos outros adjetivos demonstrados no decorrer da elaboração deste trabalho.

À Professora Doutora Valéria Vasconcelos minha atual orientadora, e que soube me transmitir segurança, carinho e respeito diante de tudo que já estava encaminhado na pesquisa. A ela que, através de seus questionamentos e, como pesquisadora e educadora popular, me ajudou a definir os novos caminhos desta pesquisa, minha eterna gratidão por dividir seus conhecimentos.

À Professora Doutora Renata Sieiro Fernandes, a minha profunda admiração pelo exemplo de educação, ética, alegria e benevolência. Uma amiga que ganhei ao longo do Programa de Mestrado que sempre pude contar nos momentos de alegrias e angústias.

Aos colegas do Programa de Mestrado, pelos momentos alegres que usufruímos durante as aulas, os cafezinhos improvisados, pelo compartilhar de conhecimentos e pela parceria durante as apresentações de seminários.

A Vaníria Felipe, secretária do Programa de Mestrado, que esteve sempre presente para me auxiliar no que necessário fosse.

A Roberta Solano, professora dos colégios onde a pesquisa foi aplicada, que me auxiliou prontamente e foi essencial para que este trabalho acontecesse.

Aos sujeitos dessa pesquisa que responderam prontamente às questões.

Enfim, a todos os meus amigos que contribuíram ou estiveram presentes durante esta minha trajetória. Obrigada por acreditarem em mim quando eu achei difícil acreditar em mim mesma. Em especial, deixo meu agradecimento à minha amiga, Professora Doutora Deborah Antunes, que me acompanhou desde o meu primeiro projeto de pesquisa e me auxiliou em todas as vezes que precisei.

*Ambiente limpo não é o que mais se limpa e sim o que menos se suja.*

*Chico Xavier*



## RESUMO

A presente pesquisa de Mestrado foi desenvolvida com jovens estudantes do nono ano do Ensino Fundamental I e Primeiro, Segundo e Terceiro anos do Ensino Médio de duas escolas estadual e particular no interior do estado de São Paulo, no município de Sertãozinho, no que se refere aos seus entendimentos sobre o meio ambiente e às questões socioambientais. A pesquisa foi realizada numa abordagem quali-quantitativa por meio de aplicação de questionário com a participação de 136 alunos. Nessa investigação buscamos verificar as incoerências entre as concepções ambientais e as ações cotidianas praticadas pelos jovens, ou seja, apontar as concepções do que consideram ambientalmente correto, relacionadas às ações diárias, bem como a necessidade da construção da práxis diante dos impactos ambientais. Dessa forma, buscamos entender as relações que os estudantes estabelecem entre os problemas ambientais e sociais em seu município. Os resultados principais apontaram para a necessidade de uma Educação Ambiental emancipatória que possibilita os jovens se identificarem com as questões sociais e ambientais do município, agirem e refletirem diante dos problemas os quais eles mesmos apontaram, bem como, gerar o comprometimento dos mesmos como cidadãos e protagonistas da vida, de modo a garantir a sustentabilidade.

Palavras-Chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Meio Ambiente. Jovens.

## **ABSTRACT**

This Master's Thesis was developed with young students of the ninth year of Elementary Education I and First, Second and Third years of secondary education in two state schools and particular in the interior of the state of Sao Paulo, in the city of Sertãozinho, regarding to their understandings of the environment and social-environmental. In this research we attempted to check the inconsistencies between the environmental concepts and everyday actions practiced by research subjects, i.e. pointing out the theory of what they consider environmentally correct, related to daily actions and perception of the correlation between the understandings and the construction of the praxis before the environmental impacts. Therefore, we try to understand the relationships they establishing between environmental and social problems in their city. The main results have pointed to the need for an Environmental Education emancipative that enables young people to identify with the social and environmental issues of the municipality, to act and think in face of the problems which they themselves pointed out, as well as generate the commitment of such people as citizens and leaders in the life, in order to ensure the sustainability.

**Keywords:** Environmental Education. Sustainability. Social and environmental. Youth.

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> Idade dos alunos.....	61
<b>TABELA 2</b> Ano escolar.....	61
<b>TABELA 3</b> Fatores mais que contribuem para informações sobre meio ambiente.....	62
<b>TABELA 4</b> Assuntos da atualidade que têm mais chamado a atenção.....	66
<b>TABELA 5</b> Problemas que ocorrem em Sertãozinho.....	68
<b>TABELA 6</b> Iniciativas de caráter coletivo.....	69
<b>TABELA 7</b> Concepções e associações sobre o meio ambiente .....	71
<b>TABELA 8</b> Práticas do dia-a-dia que contribuem para a conservação do meio ambiente.....	73
<b>TABELA 9</b> Grau de concordância dos jovens com as frases relacionadas a conservação do meio ambiente .....	74

## SUMÁRIO

Introdução .....	18
1. Metodologia.....	21
2. Instrumento e Coleta de Dados.....	22
Capítulo 1 – Meio ambiente e Sustentabilidade .....	24
1.1. O princípio da relação ser humano e natureza.....	25
1.2. O conceito da sustentabilidade e os discursos do desenvolvimento sustentável .....	29
1.2.1. Os acordos globais organizados pela ONU e a origem do conceito da sustentabilidade e seus discursos.....	31
Capítulo 2 – Educação ambiental, Movimentos e sujeitos socioambientais.....	41
2.1. As relações estabelecidas entre o conceito da sustentabilidade e a educação ambiental .....	41
2.1.1. Os desafios da educação ambiental.....	43
2.1.2. Trajetória e os fundamentos da educação ambiental .....	45
2.2. Movimentos socioambientais no Brasil.....	50
2.3. A postura dos seres humanos como agente socioambientais.....	54
2.3.1. O cenário dos jovens como agentes socioambientais .....	56
Capítulo 3 – As percepções dos jovens sobre as questões socioambientais em seu município.....	60
3.1. O município de Sertãozinho.....	60
3.2. Perfil dos Participantes.....	60
3.3. Concepções sociais de meio ambiente, percepção sobre questões ambientais locais, atitudes e comportamentos .....	66
Considerações Finais .....	78
Referências Bibliográficas .....	81

## **ANEXOS/APÊNDICES**

Anexo I: A Carta da Terra

Anexo II: Trecho do documento oficial da ONU – Relatório “Nosso Futuro Comum”.

Apêndice I: Questionário

## APRESENTAÇÃO

Começo a contar minha história. Hoje, tenho bem claro como cheguei até aqui, o porquê de eu ter escolhido o tema relacionado às questões socioambientais e de amar a área de educação. Então, relatarei um pouco da minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica até o presente momento.

Nasci em Piracicaba-SP, cidade do interior de São Paulo. Minha família, de classe média, eu, a filha caçula, e mais uma irmã e um irmão (do primeiro casamento do meu pai) fomos criados todos juntos, de forma tranquila e segura. Eu sempre fui uma criança muito ativa, adorava brincar na rua com os amigos e primos que moravam perto de nós. Nossa casa era bem aconchegante, minha mãe sempre foi muito preocupada com a limpeza e higiene do lar e cuidava de nós em tempo integral. Meu pai era dono de uma oficina mecânica e trabalhava bastante para nos trazer conforto. Aos nove anos de idade, mudamos para uma casa maior, e meu pai construiu a oficina dele no terreno de trás. Tínhamo-lo mais perto de nós e por algum tempo eu trabalhei com ele na oficina ajudando na parte administrativa.

Considero importante destacar essa fase da minha vida junto do meu pai, pois foi por meio do seu modo de lidar com problemas, se portar com as pessoas e cuidar da oficina que pude compreender melhor o que é respeitar o próximo e a natureza. Uma oficina mecânica não é um ambiente limpo, meu pai passava o dia em contato com produtos tóxicos que podiam tanto agredir sua saúde quanto ao meio ambiente. Porém, ele cuidava para que seu trabalho gerasse o menos impacto ambiental possível. Os descartes eram feitos de maneira correta, principalmente na troca de óleo dos motores. A oficina era limpa diariamente visando o bem estar de todos que frequentavam o local, os tecidos que ele usava para limpar as mãos provinham de restos de retalhos de costureiras que seriam descartados no lixo comum. Meu pai sempre prezou pela higiene e respeito diante dos seus clientes e ajudantes.

Afora o ambiente de trabalho, quando estávamos em contato com a natureza, em alguma pescaria, por exemplo, ele não perdia a oportunidade de me ensinar sobre o cuidado que devemos ter com o meio ambiente. Algumas frases que caracterizam a educação que meu pai me deu são: *“Se você cuidar,*

*nunca irá lhe faltar”, “tudo que você fizer contra ou a favor da natureza você terá um retorno positivo ou negativo sobre suas ações”, “o respeito é uma das coisas mais importantes em uma relação”,* entre outras frases que apareciam em nossas longas conversas. Pelo seu exemplo de vida e por ele nunca ter sido conivente com a falta de justiça e de respeito, que eu me interessei por temas que envolvessem as relações dos seres humanos com a natureza e entre os próprios seres humanos.

Iniciei meus estudos em Escola Municipal e, no momento em que cursava a antiga sétima série fui estudar em uma Escola Particular. Já no primeiro colegial, mudei-me de escola para que eu conseguisse um reforço maior objetivando passar no vestibular. E foi nessa última escola, juntamente com uma amiga, que desenvolvi meu primeiro projeto ambiental, em que conseguimos realizar, com a colaboração dos alunos e professores do colégio, o plantio de cerca de quatrocentas árvores na cidade de Piracicaba. A Secretaria de Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA)<sup>1</sup> de Piracicaba/SP doou as mudas e nós, alunos e professores, escolhemos as árvores que seriam plantadas de acordo com a necessidade e a possibilidade de plantio. O plantio foi dividido entre calçadas, para ajudar no combate ao assoreamento, espaço rural e jardins. Eu tinha em mente que aquele projeto não visava apenas a quantidade de árvores plantadas, mas o plantio apropriado das árvores.

Quando ingressei no mercado de trabalho não tive muitas oportunidades de desenvolver um trabalho socioambiental. Mas, enquanto trabalhei numa multinacional holandesa, também desenvolvi trabalhos junto com a equipe de químicos da empresa para melhor divulgarmos aos clientes sobre os benefícios dos produtos produzidos pela empresa que favoreciam a não poluição do meio ambiente.

Já com o trabalho de *endomarketing*, junto do departamento de Recursos Humanos, desenvolvi projetos de plantios de árvores dentro e fora da empresa. Nessa empresa eu desenvolvia alguns trabalhos junto do departamento de Recursos Humanos, em que alguns treinamentos eram levantados como estratégicos e ministrados para os empregados das áreas comerciais, sempre buscando produtividade e melhores condições de trabalho.

---

<sup>1</sup> Site: [www.sedema.piracicaba.sp.gov.br/](http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br/)

Os treinamentos ministrados foram minhas primeiras experiências na área de educação e foi a partir deles que me interessei pela área acadêmica. Até então esse interesse parecia estar longe do meu alcance, pois ainda não me sentia segura profissionalmente em buscar uma ocupação nesse ramo.

A possibilidade de realizar o desejo de dar aulas surgiu juntamente com a maternidade. Quando minha filha Raquel nasceu, decidimos – meu marido e eu – que investiríamos na minha carreira profissional na área acadêmica. Sem dúvida, ter ingressado na área de Educação tem me aberto portas no campo profissional e me dado a oportunidade de melhorar como mãe e esposa.

Com o ingresso no Programa de Mestrado em Educação Sociocomunitária, pude aprender junto dos colegas e professores sobre o papel do educador em sala de aula e fora dela e, a partir daí, me senti segura em procurar um trabalho na área. Ministrei aulas de Empreendedorismo e Intraempreendedorismo para duas turmas de cursos técnicos no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), na cidade de Piracicaba. A experiência docente foi bastante fecunda. Consegui aplicar meus conhecimentos acadêmicos em sala de aula e estabelecer um diálogo produtivo com os alunos. Sem dúvida foi uma troca de conhecimentos que sempre me lembrarei com carinho.

Em 2012, fui convidada por uma amiga para ministrar algumas palestras para adictas de drogas que estavam internadas na Clínica Una em Piracicaba. Juntamente com um trabalho espiritual, pude trabalhar com as adictas uma metodologia através da escrita que possibilitava a elas a *escrita de si mesmas*, bem como a oportunidade delas se “lerem” no papel e reescreverem novas possibilidades para as suas próprias histórias. O retorno para aquelas que não foram afetadas neurologicamente pelas drogas foi bastante positivo. Esse trabalho de escrita foi inspirado nas aulas de Epistemologia da Prof. Dr. Renata Fernandes Sieiro que aconteceram também em 2012.

Voltando à origem do meu objeto de pesquisa da Dissertação de Mestrado, logo que iniciei no Programa, criei um *website* chamado “Ecodivulgue”<sup>2</sup>, com o tema “Sustentabilidade e Educação Ambiental”, com o intuito de estabelecer contato com pessoas e empresas interessadas nas

---

<sup>2</sup> Site: [www.ecodivulgue.com.br](http://www.ecodivulgue.com.br)



questões ambientais. Através desse *website* conheci os jovens que foram meus primeiros sujeitos de pesquisa e, junto de um deles, realizei um trabalho sobre “Educação Ambiental e Sociedade de Risco” para apresentação na escola onde este estudava. Estes jovens acompanharam inicialmente meu trabalho, porém, em função de algumas mudanças de rumo, não foram os sujeitos participantes dessa Dissertação.

Como escrevi, meu pai foi um grande influenciador do meu interesse sobre a causa ambiental, portanto, o que me moveu, inicialmente, em minha Pesquisa de Mestrado, foi o anseio de entender quais as influências dos jovens-adolescentes, hoje em dia, suas concepções sobre meio ambiente e sobre as questões socioambientais. Embora, na minha época de adolescência, meu pai não tivesse conhecimento aprofundado sobre o tema e nós não tivéssemos acesso à *internet* e livros abordando essas questões, a influência dele foi fundamental nas inquietações que levaram a essa investigação.

Mas, e os jovens de hoje? Onde eles encontram informações sobre o tema? O que eles entendem sobre a questão social junto da causa ambiental? Eles conseguem compreender a relação desses dois temas? O que eles entendem na teoria e conseguem desenvolver na prática?

Na presente pesquisa pretendemos responder, mesmo que parcialmente, responder a essas perguntas.

## INTRODUÇÃO

*Você, por exemplo, pode acordar amanhã com uma vontade irresistível de colar cartazes ou de ajudar na produção de uma festa ou de brigar pela preservação de uma área verde que você gosta, mas que querem destruir. Por que não? E se você acordar amanhã com vontade de militar suas reclamações? Isso não vai fazer você um soldado atrelado à causa e por esse motivo preso para sempre num beco sem saída. Se o cotidiano fosse levado mais a sério, a mistura seria mais harmoniosa. No momento em que essas reclamações forem inseridas no ritual 'de todo dia' elas vão ser mais facilmente realizadas e com mais prazer: e os militantes vão ter mais noites livres para ir ao cinema.  
(Denise Crispun, Partido Verde, "Propostas de ecologia política", 1986).*

A questão ambiental no Brasil e no mundo tem alcançado um lugar de destaque nos debates sobre futuro da humanidade, vinculando as atuais e as novas gerações num campo de negociação que envolve projetos de sociedade e modos de engajamento político. Esta busca por soluções dos problemas socioambientais tem sido motivada pela preocupação do ser humano com o impacto ambiental causado pelo crescimento econômico em moldes capitalistas, que é o principal responsável pela degradação de recursos naturais no planeta.

Leff (2004) relata que o modo como a sociedade se organiza, guiada por valores e pelas motivações do mercado capitalista, ocasionou na compulsão ao crescimento do que ele chama de racionalidade econômica, que instaura a contradição entre economia e ecologia. Por isso, o envolvimento da humanidade nos temas socioambientais parece ser sintoma da negação e da reinvenção da política, o que resulta num novo modo sociopolítico de pensar do sujeito contemporâneo.

Ainda de acordo com o mesmo autor, essa razão é guiada pelo:

[...] instinto de sobrevivência e pela erotização da vida que pode levar a humanidade a procurar novas vias civilizatórias, antes de ficar enredada na complacência generalizada dentro do fanatismo totalitário da ordem econômica. [...] Além do

propósito de incorporar os custos ecológicos dentro de uma racionalidade que os rechaça ou exclui (2004, p. 232).

Para isso, Leff (idem) ressalta que é necessário formular uma nova economia fundada no que ele chama de racionalidade ambiental que implica em:

Uma estratégia de desconstrução da racionalidade econômica através dos atores sociais capazes de mobilizar processos políticos que conduzam a transformação produtiva e do saber para alcançar propósitos de sustentabilidade.

Deste modo, as questões ambientais e de econômicas, quando caminham juntas de forma equilibrada, formam o que conhecemos hoje por desenvolvimento sustentável, cujo conceito surgiu por meio dos eventos globais organizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir dos anos 1970.

Para seguir desdobrando a questão ambiental vinculada às questões sociais e econômicas, é preciso aprofundar as formas do campo de ação ambiental nas transformações da postura sociopolítica da humanidade, em particular dos jovens<sup>3</sup> – futuros adultos – que são os sujeitos dessa pesquisa.

Seguindo este encadeamento, Novaes (2002, p. 62) afirma que “A questão ambiental surge, a despeito deste delicado contexto, como uma causa com grande potencial de identificação e nova oportunidade para o engajamento social e político dos jovens no Brasil”.

Para Carvalho (2006, p. 24) existe uma consciência ambiental, ainda que difusa, disseminando entre segmentos jovens, ao menos como potencial motivação para ação coletiva.

A valorização da natureza e a preocupação com o futuro do planeta tem se mostrado particularmente atrativa para formação de grupos jovens para ação ambiental, como se pode ver pela forte presença jovem entre voluntários e ativistas de

---

<sup>3</sup> No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que adolescente é o indivíduo entre 12 e 18 anos incompletos. Já o termo jovem costuma ser utilizado para designar a pessoa entre 15 e 29 anos, seguindo a tendência internacional. Assim, podem ser considerados jovens os adolescentes-jovens (entre 15 e 17 anos), os jovens-jovens (com idade entre os 18 e 24 anos) e os jovens adultos (faixa-etária dos 25 aos 29 anos).  
<http://www.andi.org.br/faq/qual-a-diferenca-entre-adolescente-e-jovem/>  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)

grandes ONGs ambientalistas como Greenpeace, Amigos da Terra, *World Wildlife Foundation* (WWF), entre outras.

Ainda a respeito dessa juventude envolvida nas causas socioambientais, segundo Carvalho (2004, p. 9) existe um desejo de “inserção, visibilidade, participação e ação na esfera pública como espaço de afirmação do jovem e, ao mesmo tempo, rito importante de passagem para vida adulta”.

Muitos dos jovens veem a causa socioambiental como um grande potencial de identificação e nova oportunidade para o seu engajamento social e político ainda que, de acordo Novaes (2002, p.57):

A ação política está, muitas vezes, mediada por uma cultura individualista e padronizada de maneiras de ser que restringe a participação do jovem ao espetáculo de subjetividades pré-moldadas expostas a uma falsa arena pública.

Portanto, a valorização da natureza, a preocupação com o futuro do planeta e a conscientização ambiental têm se mostrado particularmente atrativas para a formação dos grupos jovens para ação ambiental.

No decorrer da presente investigação, encontramos uma pesquisa realizada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que tinha por objetivo fortalecer os Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs)<sup>4</sup> já existentes no Brasil, trazendo orientações, sugestões e propostas de organização, planejamento e gestão, que possibilitassem o envolvimento e o engajamento de mais jovens na área socioambiental. Os sujeitos daquela pesquisa foram jovens que atuavam em qualquer tipo de ação socioambiental, vinculados ou não a um órgão, instituição, entre outros.

No trabalho citado, foi utilizado um questionário semiestruturado, de enfoque quali-quantitativo, que ficou disponível no *website* do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (SIBEA), entre dezembro de 2004 a janeiro de 2005. Embora, atualmente, o questionário não esteja mais *online*, os resultados apresentados contribuíram para a elaboração do instrumento de coleta de dados da presente Pesquisa de Mestrado.

Desse modo, tivemos como objetivos:

---

<sup>4</sup> Fonte: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao10.pdf>

- Investigar as concepções dos jovens sobre o meio ambiente;
- Compreender as relações que os jovens estabelecem entre as questões ambientais e sociais;
- Analisar como essas relações e concepções se manifestam em suas práticas do cotidiano;
- Apontar possíveis contribuições da Educação Ambiental.

Se, especificamente, após a Conferência das Nações Unidas pelo Meio Ambiente, realizada no Brasil – Eco 92 ou Rio 92 – ocorreu um salto na conscientização sobre os problemas ambientais que abrangeu os movimentos ambientalistas nacionais e a população de um modo geral, para essa pesquisa escolhemos investigar jovens que nasceram próximo ao período desse salto de conscientização e, supostamente, podem ter recebido influências de diversos espaços de seu cotidiano para o conhecimento sobre este tema.

Com esta argumentação e partindo da hipótese de que os sujeitos, os jovens entrevistados, têm facilidade no acesso a informações devido ao avanço dos meios de comunicação, consideramos necessária a elaboração de um questionário semiestruturado (Apêndice 1), para atender aos nossos objetivos.

## **1. METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa (FLICK, 2009), na qual os dados apresentados resultam da aplicação de questionários junto aos alunos de duas escolas, sendo uma pública e outra particular, realizada no mês de novembro do ano de 2013.

As etapas consistiram em:

- a.) Levantamento bibliográfico e aprofundamento teórico inicial do tema;
- b.) Trabalho de campo com aplicação de questionário buscando verificar as concepções de meio ambiente de jovens entre 14 e 18 anos.

O aprofundamento do referencial teórico realizou-se a partir de leituras orientadas e fichamentos de publicações com a temática Educação Ambiental, Meio Ambiente, Sustentabilidade e Juventude, apoiado principalmente nos seguintes autores: Carlos Frederico Loureiro, Enrique Leff, Isabel Cristina de Moura Carvalho, Leonardo Boff, Moacir Gadotti, Paulo Freire e Pedro Jacobi.

A partir destas leituras foram levantados temas relevantes, abordagens conceituais e ideias que permitiram a construção do referencial teórico da Dissertação e a análise e discussão dos dados da pesquisa.

Como o citado acima, a coleta de dados foi realizada em duas escolas de um município do interior paulista – Sertãozinho/SP – (uma escola Estadual e outra da rede particular).

A escolha por Sertãozinho se justifica por conta de algumas especificidades. Esse município tem 40% de sua área usada para a agricultura e sua principal atividade econômica é o setor de agronegócio, ligado ao plantio de cana-de-açúcar<sup>5</sup>. Esse fator nos leva a crer que a pesquisa pode contribuir para uma reflexão sob o ponto de vista dos impactos ambientais causados por esse tipo de agricultura e as percepções dos jovens em relação a isso.

Num primeiro momento foram identificadas as escolas do município de que ofereciam o nono ano do Ensino Fundamental II, seguido do primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio para garantir que atingíssemos a faixa etária entre 14 e 18 anos, pois se encaixa no perfil desejado dos participantes. Foi solicitado que a professora da disciplina de Biologia, Maria da Penha<sup>6</sup>, aplicasse o questionário aos alunos de ambas as escolas, uma vez que ela é a responsável por essa disciplina nessas instituições.

## **2. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário adaptado a partir dos resultados da pesquisa realizada em 2006 pelo MEC com os Coletivos Jovem de Meio Ambiente, cujo material tinha como título “Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: Subsídios para a elaboração de políticas públicas” (Apêndice 1) e, do questionário semiestruturado da Dissertação de Mestrado de Antonio Geraldo Alves Ribeiro<sup>7</sup> que buscou investigar as Concepções de Meio Ambiente e as Contribuições da Educação Popular.

Na presente pesquisa procuramos levantar informações sobre conhecimentos, valores e atitudes de diversos temas ambientais relacionados

---

<sup>5</sup> Site: [www.sertaozinho.gov.br](http://www.sertaozinho.gov.br)

<sup>6</sup> Nome fictício.

<sup>7</sup> Fonte: <http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000279525.pdf>

ao cotidiano local, incluindo a identificação das perspectivas sociais do meio ambiente ou perspectivas associadas a este.

As questões foram estruturadas em dois blocos sendo a maioria destas questões fechadas, tendo em vista a objetividade dos temas levantados.

Os blocos estão assim caracterizados:

**Bloco 1:** Perfil dos participantes: identificação e contextualização socioeconômica;

**Bloco 2:** Comportamento, atitudes e questões socioambientais: representações sociais de meio ambiente, percepção sobre questões ambientais locais, atitudes e comportamentos.

Os sujeitos dessa pesquisa foram 136 alunos, 114 da escola estadual e 22 da escola particular<sup>8</sup>. As respostas foram tabuladas, transformadas em porcentagem e cada item de cada questão, com suas respectivas opções, foi considerado como fração da totalidade das respostas ao respectivo item.

A resposta de cada questão foi apresentada em uma tabela, onde os dados percentuais de cada item foram ordenados de forma decrescente. Nas questões com mais opções de respostas, os dados foram apresentados conforme sua ordenação no questionário e cada questão foi analisada conforme as concepções de Educação Ambiental obtidas no referencial teórico.

Dessa forma, a presente pesquisa está estruturada em três capítulos, quais sejam:

No capítulo I foram apresentadas as relações entre o ser humano e a natureza, as diferentes concepções de meio ambiente, do conceito de sustentabilidade e da educação ambiental no Brasil e no mundo.

No capítulo II tratamos de alguns aspectos dos Movimentos Sociais e Socioambientais, bem como, a participação dos jovens como agentes sociais e os pontos convergentes com a Educação Ambiental.

No capítulo III foram descritos os resultados da pesquisa com os sujeitos e realizada a análise e discussão quanto às concepções e percepções destes sobre as questões socioambientais.

---

<sup>8</sup> Somente uma sala da escola particular foi autorizada pela direção em participar da pesquisa.

## CAPÍTULO 1 - MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Neste capítulo pretendemos apresentar o princípio da relação do ser humano com a natureza, bem como o que resultou dessa relação quando o ser humano começou a se organizar em sociedade e explorar a natureza. De fato, a degradação ambiental é parte do resultado do desequilíbrio dessa relação e, nos últimos anos, o ser humano tem buscado minimizar os impactos ambientais que em grande parte ele próprio tem causado.

Segundo Santos (2011), numa ótica interativo-comportamental do meio ambiente, em que as relações do ser humano com o ser humano, e do ser humano com os demais seres ambientais determinam o aspecto “social” do meio ambiente, é possível observar os resultados positivos e negativos quando se analisa a reciprocidade que existe nessas relações por meio das ações humanas. Dessa forma Santos conceitua o meio ambiente como “Meio Ambiente Social”:

O Meio Ambiente Social pressupõe um conjunto de relações jurídicas positivas e negativas praticadas por indivíduos ou grupos de indivíduos que interagem a “*ressociate*”, produzindo efeitos sociais na relação entre seres humanos bem como entre seres humanos e demais bens ecológicos na sua interação (SANTOS, 2011, p. 74).

Diante das interferências humanas no meio em que vivemos, é possível refletir e observar os danos ambientais e analisar o motivo pelo qual o resultado das ações humanas ora favorece, ora desfavorece o meio ambiente, bem como, buscar o equilíbrio dessas relações por meio da compreensão do meio ambiente como todo e como uma questão social, portanto, socioambiental, a ser analisada e pensada. Este equilíbrio, logo, é o que define e expressa a sustentabilidade.

Para Reigota (1991), as tipologias das concepções de meio ambiente são mostradas no quadro abaixo:



### Quadro 1: Tipologia das concepções de meio ambiente<sup>9</sup>

<b>Categoria</b>	<b>Características</b>
Naturalista	Meio ambiente como sinônimo de natureza intocada - evidenciam-se somente os aspectos naturais.
Antropocêntrica	Evidência à utilidade dos recursos naturais para a sobrevivência do ser humano.
Sistêmica	Relações recíprocas entre natureza e sociedade.

As concepções de meio ambiente são fundamentais para o entendimento das questões socioambientais, percepção e análise do comportamento humano diante dos problemas, bem como, da formulação de novas percepções sobre meio ambiente diante das propostas de EA que, neste capítulo são apresentadas como um instrumento de conscientização e conhecimento da humanidade considerando cada contexto socioambiental.

Pretende-se, portanto, apontar brevemente como, a partir do século XX, o ser humano tem se organizado para tentar minimizar o desequilíbrio ambiental e como esse tema vem sendo tratado em nível global e local. Além disso, apresentar o surgimento dos conceitos da “sustentabilidade” e de “desenvolvimento sustentável”, resultantes dos eventos globais organizados pela ONU e como estes têm sido tratados desde diferentes perspectivas: socioambiental, econômica, tecnológica e política.

#### 1.1. O PRINCÍPIO DA RELAÇÃO SER HUMANO E NATUREZA

*O dado fundamental das relações de todas as coisas no Mundo é o diálogo. O diálogo é o sentimento do amor tornado ação.*  
(Paulo Freire)

Desde a origem da humanidade – não cabe aqui citar diferentes teorias desse surgimento – a relação ser humano e natureza se estabelece tendo a natureza como fonte de sustento, segurança e abrigo.

A princípio, os recursos naturais eram administrados e extraídos partindo da necessidade da existência humana e do que a natureza oferecia, logo, o *homo sapiens*, já possuidor de grande poder intelectual, introduziu novos elementos no seu relacionamento com a natureza.

<sup>9</sup> Referência: (RIBEIRO, 2013, p. 45)

De acordo com Weil (1993, p. 94), o relacionamento sociedade-natureza torna-se subordinativo, pedindo-se que a natureza dê o que não está oferecendo, isto é, que esta produza de acordo com as demandas dos indivíduos organizados em sociedade. Deste modo, a exploração dos recursos naturais passa a existir de maneira organizada e sazonal.

Desse modo, este tipo de exploração, a serviço dos seres humanos, é tratado por Loureiro (2003) como falta de integração do social aos ciclos naturais que, nos últimos dois séculos, tem tornado a natureza e seus recursos, assim como as pessoas, primordialmente, fontes de lucro.

Ao longo dos séculos, a degradação ambiental ocorre graças a uma exploração desequilibrada da natureza pelo ser humano, que se agrava com o advento do capitalismo, gerando o risco do colapso ecológico, ao lado dos sinais expressivos desse modo de vida, como o avanço da desigualdade, em que a pobreza convive com a riqueza.

Essas transformações da sociedade, diante dos riscos e agravos socioambientais decorrentes do modo de vida contemporâneo, permitem expressar os limites e a emergência da conscientização ambiental que poderia levar a humanidade a uma reorientação de seus estilos de vida coletivos e individuais.

Pode-se considerar, com base em Gadotti (2000, p. 15), que “as ameaças ambientais originaram-se pelas intervenções humanas no meio ambiente que ocorreram e ocorrem de maneira irresponsável e aética”. Ainda, para Loureiro (2003), isso se dá porque a sociedade tem se baseado na aceleração da produção, na transformação de bens de uso para bens de consumo, na perda da durabilidade dos objetos e na banalização e mercantilização da vida.

Tal ocorrência para Beck gera:

[...] incertezas quanto à possibilidade de se evitar ou compensar os problemas propiciados pela modernidade industrial e a urgência de se estabelecer amplo debate público acerca das questões que envolvem os riscos à vida no planeta (1992, p. 20).

Portanto, para Brandão (2007) é importante considerar que a Terra não é somente um fenômeno astronômico, ou seja, não é um corpo físico, mas um

planeta em que as interações e atuações entre os seres vivos alcançam as gerações futuras.

O nosso meio ambiente é a natureza [...]. Ele é o todo no mundo que nos cerca e nos envolve e ele é a natureza tal como ela nos envolve, nos toca pelos lados, e nos faz viver, perceber, sentir, pensar, agir e ser. [...] todos os seres da vida na Terra captam [...] com os sentidos, com a sensibilidade e com a consciência. [...] E assim existimos no nosso mundo, em nosso meio ambiente, através de gestos e de atos por meio dos quais eles (formigas, papagaios e macacos) e nós (humanos) vivemos por algum tempo aqui no planeta Terra e deixamos no mundo onde vivemos os sinais de nossas vidas (p. 75).

Embora algumas questões climáticas e a extinção de algumas espécies façam parte da história do planeta, nas últimas décadas, devido ao avanço tecnológico, desenvolvimento industrial e outros fatores oriundos da globalização, ocorreu uma aceleração no desequilíbrio dos ecossistemas que sustentam a vida na Terra.

Diante da crise socioambiental posta, surge a necessidade de um conhecimento ambiental que, segundo Leff (2001) emerge de uma reflexão sobre a construção de um novo saber ambiental do mundo atual.

As tramas do que Leff chama de “saber ambiental” e do próprio conceito de ambiente se entrelaçam com os discursos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, que se evidenciam a partir dos anos 1960, especialmente após a publicação da obra “Primavera Silenciosa” da jornalista Rachel Carson. Nesse livro, a autora denunciava a ação destruidora do ser humano em todo o planeta, o que repercutiu mundialmente e provocou uma discussão internacional tão intensa e a explosão de um movimento ambientalista radical, totalmente transformado, mais dinâmico, sensível e de base social mais ampla.

Tudo isso levou a Organização das Nações Unidas, dez anos depois, a iniciar uma série de encontros em que se confirmava que o crescimento econômico estava desconsiderando os limites da natureza, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental, o que culminava em uma crise ambiental. Nessa mesma época surgiu o conceito da Educação Ambiental como uma resposta da sociedade preocupada com o futuro da vida no planeta.

Para Leff (2001, p. 16), a orientação e os princípios da sustentabilidade ecológica surgiram e se tornaram necessários devido ao contexto da globalização, visando apresentar novos paradigmas como o da *economia ecológica*, que tem buscado unificar processos econômicos com as questões ecológicas e populacionais.

Isso significa que a relação entre o ser humano e a natureza exige, atualmente, uma reflexão sobre o tipo de engajamento ecológico e sociopolítico presentes na sociedade. Muitas vezes as discussões sobre as questões socioambientais parecem não passar do nível da retórica e ficam aquém do que pleiteiam com relação às ações que envolvem a sustentabilidade.

Boff (2012, P. 69) explica que esse impasse faz parte de uma visão antropocêntrica da realidade:

O que agrava o antropocentrismo é o fato de colocar o ser humano fora da natureza, como se ele não fosse parte dela e não dependesse dela. A natureza pode continuar sem o ser humano. Este não pode sequer pensar em sua sobrevivência sem a natureza. Além do mais, ele se colocou acima da natureza, numa posição de mando, quando, na verdade, ele é um elo da corrente da vida. Tanto ele quanto os demais seres são criaturas da Terra e junto com os seres vivos nós formamos, como insiste a Carta da Terra, a comunidade de vida.

Ainda segundo Boff (2012, p. 20), numa segunda consideração, “o grau de humanidade do ser humano pode ser avaliado pelo nível de solidariedade, de cooperação e de compaixão que este estabelece com os seres dessa Terra”. O que percebemos na atualidade, entretanto, é uma convivência entre os humanos que, pautada no modelo urbano e capitalista, demonstra-se insustentável, por não garantir os meios de vida para grande parte da humanidade.

Uma terceira afirmação de Boff (2012) é a de que os impactos ambientais podem levar o ser humano a sentir-se como um “parasita” da natureza, por ser culpabilizado de toda tragédia ambiental existente. Tal ocorrência não auxilia na recuperação da consciência sobre esta relação, tampouco, sobre o fato de o ser humano ser parte do meio ambiente.

Uma quarta afirmação do autor seria a de que o que dificulta a consciência e práticas sustentáveis são as considerações distintas que o ser

humano detém sobre a questão socioambiental provenientes de leituras e estudos que se pode encontrar hoje em dia, pouco claros quanto aos benefícios da extração da natureza e suas consequências quanto ao desequilíbrio ambiental.

## **1.2. O CONCEITO DA SUSTENTABILIDADE E OS DISCURSOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Precedendo a discussão sobre a origem e o significado do conceito da sustentabilidade e suas diversas interpretações, esse tópico apresentará o transcorrer dos eventos globais organizados pela ONU. Esses eventos, embora objetivassem ações globais a fim de promover o desenvolvimento econômico sustentável, receberam críticas sobre a sua efetividade quanto ao favorecimento do equilíbrio ambiental.

Conforme relata Dupas (2006), parece ser imperioso que os governos tomem atitudes agora, mesmo que de qualquer forma sejam em nome de seus próprios interesses econômicos e políticos. De certa maneira, alguns dos eventos proporcionaram efeito de conscientização local sobre questões ambientais e de preservação do meio ambiente, ou seja, não se pode negar a sua devida importância ainda que numa esfera local.

Com relação às ações que ganharam destaque nos eventos globais, pode-se citar o exemplo do Protocolo de Quioto (1988) que, segundo o *site* Portal do Brasil, trata-se de um Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que prevê a redução certificada das emissões de gases que favorecem o aquecimento do planeta. De acordo com esse protocolo, os países que reduzissem a emissão de gases poluentes teriam direito a créditos de carbono e poderiam comercializá-los com os países que têm metas a cumprir.

Ainda referenciando Dupas (2006, P. 225):

A ideia é criar uma motivação econômica para retardar a devastação, já que a motivação ética parece ser inútil diante da lógica devastadora do capitalismo global e dos agentes do capital.

O Protocolo de Quioto, assim como os documentos resultantes dos acordos globais, parecem ter em vista as mobilizações coletivas dos governos

atribuindo um valor monetário a certos estoques de *recursos naturais* dos países envolvidos nos acordos.

Como afirma Capra (2006, p.23):

Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. Por exemplo, somente será possível estabilizar a população mundial quando a pobreza for reduzida em âmbito mundial. A extinção de espécies animais e vegetais, numa escala massiva, continuará enquanto o Hemisfério Meridional estiver sob o fardo de enormes dívidas. A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e a violência étnica e tribal que se tornou a característica mais importante da era pós-guerra fria (2006, p. 23).

Certamente, uma mobilização coletiva representa ferramenta indispensável para resolução dos problemas do planeta, mas estes não podem ser compreendidos isoladamente, e sim de forma integrada baseando-se em uma visão de mundo que favoreça o equilíbrio socioambiental.

Mas, o que é a sustentabilidade? Para Boff (2012, p. 31), a palavra “sustentabilidade” vem do “sustentar” que, de acordo com o Novo Dicionário Aurélio, significa “[...] *segurar por baixo, suportar, servir de escora, impedir que caia, impedir a ruína e a queda*”. Neste sentido “sustentabilidade” é, em termos ecológicos, tudo o que fizermos para que um ecossistema não decaia e se arruine e ainda representa os artifícios que permitem ao ecossistema se manter vivo, protegido, alimentado de nutrientes a ponto de sempre se conservar bem e se recuperar mesmo em meio a possíveis riscos que possam advir.

Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), os princípios da sustentabilidade são:

- Integrar conservação da natureza e desenvolvimento;
- Satisfazer as necessidades humanas fundamentais;
- Perseguir a equidade e a justiça social;
- Buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural;
- Manter a integridade ecológica.

Quando se menciona o conceito da sustentabilidade vinculado ao “desenvolvimento sustentável”, o termo pode ser esclarecido por Boff (2012, p. 126), da seguinte forma “uma sociedade sustentável é aquela que pode manter seu equilíbrio interno e tem a capacidade de autorreproduzir e de subsistir ao longo do tempo”.

Sendo assim, as concepções de desenvolvimento sustentável centralizam-se nas questões sociais e caracterizam de uma forma coletiva a necessidade de se enfrentar as desigualdades sociais sem comprometer o futuro da humanidade.

### **1.2.1. Os acordos globais organizados pela ONU, a origem do conceito da sustentabilidade e seus discursos.**

A partir dos anos 1960 os debates sobre “meio ambiente-desenvolvimento” ganharam destaque mundial e, a partir disso, iniciou-se a busca pelo consenso e institucionalização sobre o conceito de sustentabilidade.

O primeiro evento de maior destaque mundial referente ao “meio ambiente-desenvolvimento” foi a Conferência de Estocolmo, em 1972, quando um discurso inédito sobre a sustentabilidade foi proposto. Havia uma visão sobre ecodesenvolvimento que apontava para a desaceleração da economia mundial para a construção de um mundo sustentável, tendo em vista a preservação da natureza. Porém, nessa época, os países de Terceiro Mundo, e da América Latina em particular, inclusive o Brasil, estavam passando por problemas econômicos, o que levaria as estratégias de ecodesenvolvimento a ficarem em segundo plano, já que o objetivo primário destes países era desenvolver a economia. Segundo Sachs, citado por Jacobi (2007), algumas vertentes foram descartadas pelos defensores do ecodesenvolvimento. São elas:

- O economicismo determinista (que dava prioridade ao crescimento econômico);
- O fundamentalismo ecológico (que apontava a inexorabilidade do crescimento do consumo e o esgotamento dos recursos naturais).

Desse modo, o discurso sobre a sustentabilidade passou a ser outro, diante dessa possível oposição entre natureza e economia. Surge então, o

termo desenvolvimento-sustentável, como discurso a favor de ecologizar a economia, que buscava anular a contradição aparente entre crescimento econômico e preservação da natureza. Com esse novo paradigma, o discurso sobre o meio ambiente foi caindo em poder da proposta do desenvolvimento-sustentável, que tem um sentido estratégico de desenvolvimento, ainda que exploratório, da natureza.

Em 1983, a pedido do secretário-geral das Nações Unidas, foi criada uma Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que levantou os avanços das propostas de desenvolvimento-sustentável estabelecidas desde o primeiro evento global, de 1972. A comissão criou debates entre os governos de modo a avaliar os avanços da degradação ambiental e da eficácia das políticas ambientais, bem como, a formulação do Protocolo de Quioto.

Três anos após estes estudos, a Comissão publicou um relatório conhecido como Relatório de Brundtland<sup>10</sup> – intitulado *Nosso Futuro Comum* – que reconheceu as disparidades entre as nações e a necessidade de uma medida comum ser tomada, propondo uma política de consenso. Neste relatório foi apresentado, pela primeira vez, o conceito de desenvolvimento sustentável que ficou definido como um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras.

O trecho completo sobre os fundamentos de desenvolvimento sustentável descreve:

**27.** A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável para garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. O conceito de desenvolvimento sustentável não implica limites - não limites absolutos, mas limitações impostas pelo presente estado da tecnologia e da organização social sobre os recursos ambientais e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas. Mas a tecnologia e a organização social tanto podem ser gerenciadas quanto melhoradas para dar lugar a uma nova era de crescimento econômico. A Comissão considera que a pobreza generalizada já não é inevitável. A pobreza não é apenas um mal em si, mas o desenvolvimento sustentável requer satisfazer as

---

<sup>10</sup> Fonte: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/N8718467.pdf>



necessidades básicas de todos de modo a estender a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo em que a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes ecológicas entre outras catástrofes.

**28.** A satisfação das necessidades essenciais exige não apenas uma nova era de crescimento econômico para os países em que a maioria são pobres, mas uma garantia de que os pobres obtenham a sua parte justa dos recursos necessários para sustentar esse crescimento. Tal participação seria auxiliada por sistemas políticos que fixam a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões e por uma maior democracia na tomada de decisão internacional.

**29.** O desenvolvimento global sustentável exige que aqueles que são mais ricos adotem estilos de vida dentro dos meios ecológicos do planeta - em seu uso de energia, por exemplo. Além disso, as populações que crescem rapidamente podem aumentar a pressão sobre os recursos e retardar qualquer aumento nos padrões de vida, assim o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado se o tamanho da população e o crescimento estiverem em harmonia com a mudança potencial produtiva do ecossistema.

**30.** No entanto, no final, o desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia, mas sim um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são feitas de acordo com o futuro, bem como necessidades atuais. Não pretendemos que o processo seja fácil ou simples. Escolhas dolorosas devem ser feitas. Assim, em última análise, o desenvolvimento sustentável deve assentar em vontade política<sup>11</sup>.

Embora a pobreza pareça ser uma ideia essencialmente econômica, ela pode ser estendida em uma dimensão cultural, pois, segundo Veiga (2005, p.46) “existe uma ligação entre a pobreza cultural e a pobreza econômica”. As consequências da pobreza, como privações físicas e fome, também geram no ser humano a dificuldade de ele participar coletivamente da vida social. Deste modo, como pode o ser humano perceber as necessidades da sua comunidade, se envolver e se comprometer com questões socioambientais se ele não tem supridas as suas necessidades essenciais? É contraditória a concepção desenvolvimento sustentável se a mesma não promover a erradicação da pobreza econômica e cultural.

Portanto, para que o desenvolvimento sustentável aconteça se requer a promoção de valores vinculados à questão social da humanidade, que estimulem e permitam padrões de consumo dentro dos limites ecológicos.

---

<sup>11</sup> Fonte: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/N8718467.pdf>

Embora, os documentos oficiais apontem que o desenvolvimento sustentável fornece uma estrutura para a integração de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento, muitas vezes, esse termo é tomado para se referir aos processos de mudança econômica e social no mundo. Dessa maneira, considera-se que a integração de meio ambiente e desenvolvimento são necessários em todos os países, ricos e pobres.

Ainda, em alguns trechos, o documento apresenta a necessidade de uma reorientação do modo de vida coletivo e das relações entre as nações, o que requerer um engajamento em diversos tipos de sistemas de conhecimento, principalmente na área educacional, que tem um papel estratégico quanto às questões sociais.

No texto abaixo, Capra apresenta de forma mais complexa o conceito da sustentabilidade, em que há uma combinação de características que parecem favorecer também à coletividade na defesa do meio ambiente e na sua preservação para o presente e as futuras gerações.

[...] sustentabilidade é a consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Ele sugere que, se estas características, encontradas em ecossistemas, forem “aplicadas” às sociedades humanas, essas sociedades também poderão alcançar a sustentabilidade. Portanto, segundo a visão de Capra, sustentabilidade não se refere apenas ao tipo de interação humana com o mundo que preserva ou conserva o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, ou que visa unicamente à manutenção prolongada de entes ou processos econômicos, sociais, culturais, políticos, institucionais ou físico-territoriais, mas uma função complexa, que combina de uma maneira particular cinco variáveis de estado relacionadas às características acima (CAPRA, apud FRANCO, 1999, p. 46)

Mais uma vez, percebe-se que no conceito da sustentabilidade está embutida a ideia de coletividade e, no trecho acima, as cinco características básicas poderiam ou deveriam ser usadas como “palavras geradoras” nas negociações de nível global com relação às questões socioambientais.

O relatório de Brundtland trouxe uma perspectiva renovada à discussão das questões ambientais e de desenvolvimento. Posteriormente, em Junho de 1992, no Rio de Janeiro, os chefes de Estado do planeta foram convocados a

participar da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92 ou Eco 92 (Cúpula da Terra). Neste evento foi elaborado e aprovado um programa global chamado de *Agenda 21* que visava à regulamentação do processo de desenvolvimento econômico com base nos princípios da sustentabilidade e a busca pela dissolução das contradições entre meio ambiente e desenvolvimento (LEFF, 2001).

A Agenda 21 foi assinada por 170 países participantes deste evento e apresentou uma série de formulações e diretrizes para o desenvolvimento sustentável, dentre elas, a elaboração de uma agenda pelos governos "locais" (MELLO, 2006).

A partir desse processo, a noção de sustentabilidade foi sendo divulgada e também vulgarizada de modo a fazer parte do discurso oficial e da linguagem comum que adotou um carácter amplo, persuasivo e tornou-se jargão de conferências, *papers* e *slogans*. Neste sentido, a definição de sustentabilidade perdeu parte do seu sentido teórico, crítico e prático sobre a preservação da natureza.

Para Mello (2006), foram poucos os estudos que contribuíram, dentro de uma perspectiva analítica, para o debate sobre essa forma de articulação relativamente recente entre os discursos ambientais e políticos emergentes após a Conferência Rio 92.

Tais faltas de entendimento sobre a proposta da sustentabilidade é que geraram dificuldades em se conseguir acordos globais – sob instrumentos jurídicos - pois, por trás desses acordos, estavam em jogo estratégias e interesses sobre apropriações da natureza.

Todavia, paralelamente ao evento de 1992, ocorreu um importante aumento da consciência ambiental no Brasil, que abrangeu diretamente os movimentos ambientalistas do país e parte da população nacional. Segundo Crespo (2005), o Brasil, em termos ambientais, nunca mais foi o mesmo depois da Rio 92. O que ficou a desejar em termos de conscientização e ação, é que até hoje a consciência ambiental gerou pouco impacto coletivo, resultando numa eficiência superficial. Isso ocorre, em parte, por conta de as ações de cunho ecológico se originarem de anseios por tratar de problemas específicos, considerando a diminuição da degradação ambiental, mas não a diminuição do consumismo. Por exemplo, a ênfase recai na separação de lixo para

reciclagem em detrimento da diminuição do consumo de produtos com biodegradação.

Segundo Jacobi, embora tenha sido grande o esforço para se disseminar a conscientização ambiental na sociedade brasileira nos anos oitenta e noventa, o impacto dessas práticas ainda era muito limitado. Pode-se considerar que o cenário atual continua o mesmo:

Com o fim da Rio 92 ocorre um ponto de inflexão para o ambientalismo brasileiro, na medida em que desaparece o principal marco de referência simbólico e organizativo da conjuntura. Isto se observa no seio da própria sociedade civil, que recebera um bombardeio massivo de informação sobre a questão ambiental através dos meios de comunicação. Dados de uma recente pesquisa a respeito da percepção da população brasileira face ao meio ambiente e desenvolvimento sustentado, revela que, passados cinco anos da Rio-92, os cidadãos brasileiros continuam pouco informados sobre os problemas ambientais (2003, p.16).

Outro ponto a ser considerado é que os documentos gerados na Rio 92 - e os documentos originados de outros eventos da ONU relacionados às questões socioambientais, apresentavam ainda muitas lacunas quanto ao despertar de uma consciência ambiental. Estes mencionavam o conceito de precaução, mas não se pronunciavam a respeito da prevenção, além disso, não declaravam um elo íntimo entre ser humano e natureza.

Para Ferrero (2004, p. 64), “os documentos não continham nenhum conceito de justiça ambiental, nem vinculavam a nascente ética ambiental global à responsabilidade humana em relação ao planeta”.

Em 1997 foi a vez do Japão, em Quioto, sediar a terceira Conferência das Partes (COP 3), que resultou na negociação do Protocolo de Quioto, formulado no evento do ano anterior. O documento, conforme citado anteriormente, foi um dos mais importantes marcos desses encontros internacionais, por definir compromissos mais rígidos para redução da emissão de gases de efeito estufa, conhecido como principal causador do aquecimento global, o que gerou um polêmico conflito de interesse entre os países desenvolvidos, emergentes e pobres.

Durante as negociações do Protocolo de Quioto, o Senado norte-americano, se posicionou contrário à confirmação do protocolo, caso os países emergentes – entre os quais estavam inclusos Brasil e Argentina – não assumissem o compromisso de diminuir sua taxa de crescimento futuro de emissões, o que implicaria na rígida desaceleração do desenvolvimento econômico desses países.

Dificuldades ocorreram entre esses países na construção de um regime para atenuar as mudanças climáticas e da cooperação para reduzir as consequências das mudanças climáticas, pois, segundo o *site* do Portal do Brasil, “o protocolo impõe uma grande tarefa às nações desenvolvidas sob o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas.”.

Nota-se que o caráter social das propostas de práticas sustentáveis de nível global era evidente e este pareceu ser a questão mais importante e de maior dificuldade diante dos acordos.

Veamos os princípios que compõem a Carta da Terra, lançada em 2000 (originada da Rio 92), que enfatiza a necessidade de um trabalho coletivo e de caráter social em relação às ações que envolvem o desenvolvimento sustentável no mundo (na íntegra em anexo - Anexo I):

- Respeitar e cuidar da comunidade de vida;
- Integridade ecológica;
- Justiça social e econômica;
- Democracia, não violência e paz.

Observa-se que a proposta da Carta da Terra, por meio de seus princípios éticos, de ordem social e coletiva, torna-se fundamental para a construção, equilíbrio e reorganização de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica.

Outro evento que ocorreu, dessa vez em 2007, buscando soluções para o desenvolvimento sustentável, foi a Conferência de Bali, na Indonésia que teve como objetivo principal traçar metas mais ambiciosas quanto ao Protocolo de Quioto.

De acordo com Barcelos (2008), as opiniões sobre os resultados desta conferência, que reuniu representantes de 190 países, ficaram longe de um consenso, pois embora tenham ocorrido avanços nas discussões sobre o Tratado de Quioto e a conferência tenha contribuído para dar maior visibilidade

a um tema ainda pouco discutido, houve uma forte resistência por parte dos Estados Unidos que se negava a assinar qualquer acordo de diminuição em suas emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa, o que também demonstrou a falta de firmeza dos representantes dos demais países em relação aos Estados Unidos.

Em 2009, a Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, também conhecida como Conferência de Copenhague, reuniu líderes de alguns países para discutir como reagir diante das mudanças climáticas.

Referenciando Abramovay (2005), mais do que uma discussão tecnológica sobre o tema do aquecimento global, esta conferência buscou estabelecer discussões socioambientais. O autor afirma que:

Enfrentar esse desafio exige uma dupla revolução [...]. Trata-se, em primeiro lugar, de devolver a economia a seu berço original, a ética, perguntando para que serve a riqueza e qual o sentido de aumentá-la de forma incessante, mesmo ali onde a psicologia econômica contemporânea mostra que seu poder para ampliar a felicidade humana é decrescente. A segunda revolução lança a economia num universo do qual ela sempre fez questão de se separar: a natureza. Não é infinita, nem pode ser regulada espontaneamente pelo mercado, a possibilidade de compatibilizar o aumento da prosperidade com a resiliência dos ecossistemas (2005, p.46).

Na época, os países que mais poluíam o planeta, Estados Unidos e Japão, embora reconhecessem o alcance do Protocolo de Quioto, não ofereceram esclarecimentos sobre como alcançar os objetivos propostos para uma diminuição imediata do aquecimento global. Mais uma vez, os Estados Unidos se apresentou indisponível para acordos que levassem às práticas socioambientais em prol do planeta.

Segundo Petrella (2009) o fracasso da Conferência de Copenhague se deve ao fato de as classes dirigentes do evento terem reduzido a questão do futuro da humanidade – um problema socioambiental – a um problema de gestão “economicamente eficiente” dos recursos naturais, em particular os energéticos. Em decorrência disso, pareceu impossível alcançar um verdadeiro acordo político mundial em torno do devir da humanidade e da vida no planeta.

Foi na Conferência das Nações Unidas em Durban, na África do Sul, em 2011, que se aprovou um pacote de medidas que obrigavam todos os grandes poluidores a adotar um plano de ação para reduzir o ritmo do aquecimento global, que envolviam um segundo período do Protocolo de Quioto. O projeto do Fundo Climático Verde, um mandato para todas as nações assinarem um pacto até 2015, exigia a diminuição de suas emissões de gases de efeito estufa e uma agenda para o próximo ano.

A Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, em 2012, trouxe novamente discussões sobre o maior desafio do desenvolvimento sustentável: a pobreza. Depois de mais de vinte anos, foram retomados debates sobre as questões sociais vinculadas às soluções para problemas ambientais. Segundo dados do Portal do Brasil, os 188 países presentes na Rio+20 se comprometeram a investir US\$ 513 bilhões em projetos, parcerias, programas e ações nos próximos dez anos nas áreas de transporte, economia verde, energia, proteção ambiental, desertificação e mudanças climáticas, entre outros.

Desde então, a maioria dos acordos globais que aconteceram levaram o termo desenvolvimento sustentável como seu marco, na pretensão de se caracterizar por sugestões sustentáveis nos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da existência humana. Desse modo, o conceito de “desenvolvimento sustentável” obrigou a criar alternativas sustentáveis em meio a crescimentos de ordem econômica, social, cultural e ambiental, portanto, a gerar equilíbrio entre crescimento e conservação do meio ambiente, pensando também nas gerações futuras.

As conferências mostraram ao mundo as perspectivas sobre o futuro do planeta e, sem dúvida, marcaram uma mudança radical na maneira de entender também o crescimento econômico e sobre de que forma lidar com os recursos naturais que são cada vez mais limitados. Contudo, em várias ocasiões durante os eventos globais foi apontado repetidamente que o crescimento econômico é que poderia fornecer recursos que permitiriam ao mundo investir em tecnologias limpas e, portanto, este fator representa a solução e não o problema da crise ambiental.

Esta posição, compartilhada e apoiada pelos países desenvolvidos, especialmente a partir do modelo neoliberal, é baseada na convicção de que o progresso econômico pode resolver todos os problemas ambientais.

Em um esforço, portanto, de conciliar estes dois princípios aparentemente em contradição, nos planos políticos e econômicos, foram introduzidos o conceito de desenvolvimento sustentável.

No entanto, embora no último evento, a Rio+20, tenha-se retomado questões que envolvem problemas socioambientais e não somente questões econômicas e tecnológicas, a chave para o progresso do desenvolvimento sustentável numa perspectiva social, para muitos países, está a ser encontrada.

Espera-se que os seres humanos envolvidos na resolução dos problemas socioambientais gerem transformações no campo da EA, bem como, sejam influenciados por essas transformações de modo a estabelecerem uma relação mais ativa na sociedade.

Sendo assim, o próximo capítulo apresentará algumas das formas como as práticas socioambientais têm acontecido tendo o ser humano como agente ativo, em movimentos sociais e ambientais e, principalmente, a relação dos jovens com os movimentos e práticas socioambientais que cada vez mais têm se envolvido em movimentos, ONGs e ações socioambientais.



## **CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MOVIMENTOS E SUJEITOS SOCIOAMBIENTAIS**

Neste capítulo pretendemos apresentar possíveis relações entre a Educação Ambiental e o conceito da sustentabilidade, de modo a tentar compreender melhor essa intrincada temática. Também, apresentaremos como os movimentos ambientais vêm se reorganizando e se fortalecendo após o surgimento do tema da sustentabilidade e a relação deles com outros tipos de movimentos.

Além disso, traçaremos um perfil de agentes socioambientais, como e por que alguns jovens têm se preocupado com a valorização da natureza e com o futuro do planeta.

### **2.1. AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Araújo (2002, p.1) afirma que, desde os primeiros movimentos ambientalistas, a educação foi considerada “um instrumento fundamental de sensibilização, conscientização, comunicação, informação e formação de pessoas como processos fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável, da consciência ambiental e da ética e de mudanças de valores”. Mas a Educação Ambiental tem cumprido seu papel?

Um dos papéis da Educação Ambiental é o da formação de pessoas, o que significa reeducar e educar pessoas no âmbito de seus pensamentos e atitudes diante da causa socioambiental. Trata-se de uma intervenção educativa que visa à construção ou reconstrução do conhecimento e o saber sobre as questões da sustentabilidade, que podem levar a uma nova ética, em que haja o comprometimento das pessoas com seu espaço de vida. Porém, não somente o papel da EA, mas uma das funções da Educação é conscientizar as pessoas sobre sua responsabilidade social no planeta.

Segundo Bartholo, Ribeiro e Bittencourt:

O papel da educação ambiental é desenvolver no cidadão responsabilidade e consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta e o

comprometimento com a vida e o bem-estar social (2002, p. 147).

A primeira compreensão da humanidade diante do meio em que vive deve ser a de que os seres humanos, por meio de suas atitudes individuais ou coletivas, deixam vestígios, sinais, criam histórias, que podem durar mais tempo que suas próprias vidas. De certo, os seres humanos, precisam compreender que assim como todo o ecossistema, eles também são parte do meio, promotores de transformação, destruição e revolução, entre outras.

Conforme descrito no primeiro tópico desse capítulo e, referenciando Boff (2002), uma das consequências que esse sentimento de externalidade ao meio ambiente traz à humanidade é a não compreensão da relação ser humano/natureza e ser humano/sociedade, o que resulta no desequilíbrio ambiental, social, econômico e político.

Um novo entendimento levaria a humanidade a se relacionar melhor com o meio em que vive e a partilhar informações e ideias que melhorassem seu modo de vida na sociedade e na natureza. Conforme anteriormente citado, a educação deve ter esse ponto de partida, valorizar o respeito entre os seres humanos e o meio ambiente.

No campo do debate ambiental, existe um senso comum generalizado e pouco reflexivo sobre seus conceitos que dificultam estabelecer com clareza os objetivos da Educação Ambiental, deste modo não contribuindo para aclarar o papel da humanidade diante do agravo socioambiental.

Para Guimarães (2000, p.81), esse senso comum resulta na falta de conhecimento crítico do ser humano, pois este se manifesta por meio da “participação executora de ações pré-determinadas pela lógica dominante da sociedade”, que não permite potencializar a capacidade de atuação e transformação de um novo sujeito no processo social.

Outro ponto importante e que se torna uma questão central sobre o que se entende por EA, é o fato da persistência em se criar documentos que estabelecem normas e padrões de educação de forma acrítica. Desse modo, validar qualquer ação socioambiental desde que esta tenha como objetivo proteger o meio ambiente, ignorando como essa ação se organiza, não garante

uma ação protagonista na formação de cidadãos conscientes do ambiente em que vivem e atuam.

Neste contexto, Loureiro (2012, p.26) nos diz:

Em Educação Ambiental, a negação da homogeneidade simplificadora e o respeito à diferença de ideias e modos de viver são fundamentais e coerentes com a visão de ambiente enquanto complexidade do mundo. Porém, ao se defender o diverso não se pode cair num pluralismo indiferenciado, em que as vivências pessoais e as lutas sociais se deem numa história diluída e desconexa, na qual a negação, a confrontação de teorias e argumentos e a superação transformadora tornam-se impossíveis de se realizarem. Isso seria recair num relativismo absoluto e no atomismo de iniciativas que passam a ser vistas como válidas em si mesmas, posturas em que nada favorecem a consolidação da educação como atividade cidadã, reflexiva e afinada com a superação das relações de dominação vigentes.

O papel da EA é contribuir para uma reflexão que visa ao desenvolvimento sustentável como processo de ampliação da capacidade humana de tomar decisões, possibilitando às pessoas levar adiante suas iniciativas e inovações por meio da ampliação de seu horizonte social e cultural.

### **2.1.1. Os desafios da Educação Ambiental**

Os dados históricos apresentados por Jacobi (2000) indicam que, desde os primeiros debates sobre desenvolvimento sustentável, nos anos 1970, com as conferências realizadas e seus desdobramentos, vêm até hoje fazendo com que as nações e seus governos juntos reflitam sobre o quanto as decisões econômicas e políticas de nível planetário e local podem impactar o meio ambiente. Além disso, aumentaram os debates sobre possibilidades de soluções para minimizar tais impactos ambientais.

Segundo Jacobi (2000), uma alternativa indicada foi a Educação Ambiental, a partir da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo:

[...] passou-se a adotar explicitamente a expressão “Educação Ambiental” para qualificar iniciativas de universidades, escolas, instituições governamentais e não-governamentais por meio

das quais se busca conscientizar setores da sociedade para as questões ambientais. Os educadores têm um papel estratégico e decisivo na inserção da educação ambiental no cotidiano escolar, qualificando os alunos para um posicionamento crítico face à crise socioambiental, tendo como horizonte a transformação de hábitos e práticas sociais e a formação de uma cidadania ambiental que os mobilize para a questão da sustentabilidade no seu significado mais abrangente (p. 2).

Entretanto, a Educação Ambiental, como a educação como um todo, padece de alguns sérios problemas para sua apropriada implementação.

Conforme pesquisas realizadas por Ferreira (2011), em sua tese de doutorado, no Estado de São Paulo, considerado o mais populoso do Brasil, a maior dificuldade de se promover a EA adequada no cotidiano escolar, no que se refere à escola pública, é a falta de formação dos educadores quanto ao uso dos materiais didáticos sobre Educação Ambiental (cedidos pelo Ministério da Educação – MEC). Este é um problema que merece ser melhor investigado e apontado como grande necessidade de atenção. Faz-se também necessária uma crítica sobre os materiais que, muitas vezes, usam linguagens inadequadas, dificultando o diálogo e a participação dos aprendentes e dos próprios educadores, não se conseguindo alcançar uma educação de qualidade.

Outro fator a ser refletido por parte dos educadores é se o conteúdo ministrado não tem sido realizado como uma transmissão de informações, visto que o uso da educação como um fator de imposição de condutas é tratado como algo correto, muitas vezes, pelas instituições governamentais e as de divulgação de trabalhos científicos sobre a causa socioambiental. Nesse ponto, vale ressaltar que, segundo Paulo Freire (1992, p. 84), a superação dessa “educação bancária” somente é possível por meio do movimento dialético, fazendo uso da capacidade crítica e dialógica, indispensáveis num processo educativo.

Embora a EA promova muitas práticas socioambientais por meio da reflexão e da sensibilização dos indivíduos, escolas, famílias, comunidades e empresas, as falhas metodológicas e pedagógicas nesse campo tendem a diminuir o aprofundamento crítico sobre o tema da sustentabilidade, bem como, simplificar suas possibilidades de transformação.

Carvalho (1998, p. 23) relata que as práticas da Educação Ambiental, nas últimas décadas, “têm surgido na essência do debate cultural e político sobre o meio ambiente. Nesse sentido, pode-se dizer que essa Educação Ambiental é herdeira dos dilemas políticos contemporâneos e "filha direta do debate ecológico".

Seguindo a mesma autora:

[...] nada há de mais atual do que compreender o que se passa à nossa volta. O que há de mais desejável, do ponto de vista da educação, do que preparar as pessoas para avaliar e decidir sobre o que as afeta? Assim, o surgimento da questão ambiental abriu um excelente campo para a ação educativa questionando, inclusive, as práticas pedagógicas tradicionais. Daí vem uma educação ambiental profundamente comprometida com os dilemas contemporâneos. A formação de uma atitude ética e política é a grande contribuição que a educação ambiental pode dar num mundo em crise como o que vivemos. Não se restringindo apenas à transmissão de informações ou à inculcação de regras de comportamento, a educação ambiental está engajada na construção de uma nova cultura (idem, p. 24).

Dessa forma, a EA, em seus diversos modos, vem se tornando uma ferramenta importante e essencial para o desenvolvimento sustentável no mundo, como um meio de conscientização socioambiental, conhecimento, reflexão e atitude.

### **2.1.2. Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**

*A educação não muda o mundo, mas muda as pessoas que vão mudar o mundo.*  
(Paulo Freire, 2001)

Conforme tópico anterior, a EA se caracteriza por um processo de conscientização pela ação do conhecimento e pela capacidade do ser humano de redefinir as suas relações com o universo, com a Terra, com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo “dentro dos critérios assimilados de equilíbrio ecológico, de respeito e amor a Terra e à comunidade de vida, de solidariedade, para com as gerações futuras” (BOFF, 2012, p. 149).

O processo de conscientização gerado *com o outro*, por meio de diálogos, debates, reflexões, estudos sobre as relações da educação com a sociedade e o meio ambiente, tem despertado o surgimento de novas

concepções teórico-práticas que vêm renovando e complexificando o campo da Educação Ambiental.

De acordo com Loureiro (2012, p. 33):

Educar é negar o senso comum de que temos uma “minoría consciente”, secundarizando o outro, sua história, sua cultura e consciência. É assumir uma postura dialógica, entre sujeitos, intersubjetiva, sem métodos e atividades “para” ou “em nome de”, alguém que “não tem competência para se posicionar”. É entender que não podemos pensar pelo outro, para o outro e sem o outro.

Certamente, a sustentabilidade não acontece mecanicamente, ela é fruto de um processo de educação que envolve o ser humano, a natureza e a sociedade em solidariedade à vida em favor das gerações futuras. Desse modo, o que pode ser visto na Carta da Terra (citada neste capítulo e na íntegra no Anexo I), a educação tem um papel fundamental de criar novas mentes, sem criar padrões ou modelos prontos de educação, visto a insustentabilidade da sociedade atual.

Historicamente, a vinculação entre o ambiente e a educação formal – na modalidade “Educação Ambiental” – teve início também na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano em Estocolmo em 1972, iniciando então uma discussão de caráter mundial e a partir daí tomada como um assunto oficial para a ONU, considerada como uma espécie de solução para a crise socioambiental.

Já em 1975, o campo da EA foi reconhecido internacionalmente, devido a um processo que a promoveu por meio do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que promoveram eventos regionais e internacionais sobre o tema da EA.

Diversos eventos ocorreram desde então, abordando o tema da EA vinculado aos processos de erradicação da pobreza, fome, analfabetismo, poluição, entre outros assuntos, o que o tornava ainda mais completo e complexo em suas abordagens, evidenciando também a necessidade de transformação da sociedade.

Todas as grandes conferências promovidas pela ONU sobre o desenvolvimento sustentável e a Educação Ambiental, embora tivessem um inegável valor político e orientador, apresentaram também um caráter genérico nos documentos resultantes deles.

Segundo Loureiro:

[...] o caráter genérico dos documentos conclusivos fez com que conceitos-chave fossem apropriados segundo interesses específicos, sendo esse o caso típico de categorias como participação e interdisciplinaridade. Ficou-se num patamar das ideias, sem que a base epistemológica e filosófica do corpo teórico utilizado e a dinâmica societária, política e econômica do que é questionado tivessem condições de ser efetivamente confrontadas, negadas e dialeticamente superadas (2012, p. 83).

De uma maneira geral, a EA avançou tanto no seu plano político-institucional quanto no teórico-metodológico e esse avanço se reflete em outros processos, como o da procura por profissionais da área ambiental no mercado de trabalho, criação de novos cursos, entre outros.

Citando Lima (2011), um levantamento sobre o perfil dos participantes do Encontro de Pesquisa sobre Educação Ambiental (EPEA), em 2002, mostrou que, dos participantes, havia 50% de biólogos, 9% de geógrafos, 6% de pedagogos, 5% de ecólogos e 29% de profissionais de outras formações. Desse modo, a forte presença da biologia e das ciências naturais na EA pode ajudar a explicar o caráter naturalista e conservacionista que, também, marca historicamente, nesse campo.

Talvez também em função das bases teóricas em que se apoiam os profissionais de EA, Lima (2011) aponta algumas matrizes principais da EA. A matriz conservadora está relacionada às forças que representam o mercado e são adeptas de um Estado com perfil neoliberal e tecnocrático, marcado por baixa participação e representatividade social. O autor descreve a concepção conservadora de EA como:

- Uma concepção reducionista e fragmentada quanto à questão ambiental;
- Uma compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental;

- Uma tendência a sobrevalorizar as respostas tecnológicas ante os desafios ambientais;
- Uma leitura individualista e comportamentalista da educação e dos problemas ambientais;
- Uma abordagem apolítica da temática ambiental;
- Uma baixa incorporação de princípios e práticas interdisciplinares;
- Uma reflexão acrítica dos conflitos socioambientais;
- Uma ênfase maior nos problemas do consumo do que nos da produção;
- Uma separação ente as dimensões sociais e naturais do fenômeno ambiental;
- Uma atribuição da responsabilidade pela degradação ambiental a um ser humano genérico, sem contextualizá-lo política e historicamente;
- Uma banalização das noções de cidadania e participação, na prática, reduzidas a uma concepção liberal, passiva e tutelada. (LIMA, 2011, p. 170)

Esse conjunto das características descritas por Lima (2011, p. 83) nos permite caracterizar esta interpretação como tendo fraca consciência da complexidade da relação entre o meio ambiente e a sociedade, bem como, no que se refere ao campo da EA e seus conteúdos. Estas refletem a forma como os indivíduos reagem diante da causa socioambiental. Dessa forma, as práticas resultantes desse tipo de Educação Ambiental, quase sempre, encontram-se descontextualizadas da realidade socioambiental em questão.

Segundo Guimarães (2007), esse tipo de educação é um dos pilares para a crise ambiental:

Esta Educação ambiental tradicional, não pode e/ou não quer perceber as redes de poder que estruturam as relações de dominação presentes na sociedade atual, tanto entre pessoas (relações de gênero, de minorias étnicas e culturais), entre classes sociais, quanto na relação norte-sul entre nações, assim como também entre relações de dominação que se construíram historicamente entre sociedade de natureza. São nessas relações de poder e dominação que podemos encontrar um dos pilares da crise ambiental dos dias de hoje (p. 35).

Além disso, na matriz conservadora da EA, o tema da interdisciplinaridade ainda é incipiente na abordagem das questões ambientais. Embora nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1998), meio ambiente seja um dos temas transversais, Bomfim (2008) ressalta que existe uma dificuldade de diálogo entre ciências sociais e ciências naturais, como



também no interior dessas próprias “ciências”, no contexto escolar, o que gera obstáculos à interdisciplinaridade.

Outra matriz da EA é a que marca uma tendência emancipatória. Lima caracteriza essa matriz como:

- uma compreensão complexa e multidimensional da questão ambiental;
- uma defesa do amplo desenvolvimento das liberdades e possibilidades humanas e não humanas;
- uma atitude crítica ante os desafios da crise civilizatória;
- uma politização e publicização da problemática socioambiental;
- um reconhecimento dos argumentos técnico-científicos, mas subordinados a um questionamento ético do conhecimento, de seus meios e fins;
- um entendimento da democracia como pré-requisito fundamental para a construção de uma sustentabilidade plural;
- uma convicção de que o exercício da participação social e a conquista da cidadania são práticas indispensáveis à democracia e a emancipação socioambiental;
- um cuidado em promover o diálogo entre as ciências e entre os saberes;
- uma vocação transformadora dos valores e das práticas contrária ao bem-estar público (2011, p. 172).

Conforme as características acima citadas, a EA emancipatória propõe o incentivo da formação de um cidadão crítico, e de práxis, capaz de transformar o mundo e a si mesmo.

Neste sentido e de acordo com Guimarães (2000, P.17):

Em uma concepção crítica de Educação Ambiental, acredita-se que a transformação da sociedade é causada e consequência da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão, o educando e o educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo estes conteúdos de trabalho pedagógico. Aqui a compreensão e atuação sobre as relações de poder que permeiam a sociedade são priorizados, significando uma educação política (2000, p.17).

Embora a EA emancipatória esteja pautada num entendimento mais amplo do exercício da participação social e da cidadania, indispensáveis à

emancipação socioambiental, ambos os tipos de EA possuem seus limites e ainda se apresentam insuficientes para realizar uma práxis educativa cidadã e participativa (LOUREIRO, 2012, p. 108).

## 2.2. MOVIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL

*Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é parte da natureza.  
(Karl Marx – Manuscrito econômico filosófico de 1844)*

Segundo Jacobi (2002), talvez uma das características mais importantes do movimento ambientalista seja a sua diversidade. Deste modo, confere-se aos movimentos ambientalistas inúmeras tendências e propostas que orientam suas ações, considerando valores como equidade, justiça, cidadania, democracia e conservação ambiental. Algumas ONGs, por exemplo, fazem seus trabalhos relacionados às questões ambientais voltadas para a militância, enquanto outras têm um caráter mais político e outras têm o papel de apontar questões sociais que resultam no impacto ambiental.

Embora a capacidade de mobilização dos movimentos ambientalistas seja pequena, historicamente observa-se também um grau de amadurecimento das práticas e a consolidação de um perfil de atuação de instituições numa perspectiva proativa e propositiva, dentro de moldes de sustentabilidade.

Os movimentos ambientais, no Brasil, surgiram a partir dos anos 1960, porém de forma fragmentada, com dificuldades em suas organizações. Um dos elementos que indica as limitações desses movimentos, dos anos 1950 aos 1970, é o fato de que suas organizações isolavam a questão ambiental das demais questões sociais, bem como não se aliavam a outros movimentos sociais, uma vez que o movimento ambientalista priorizava em seu discurso e prática a necessidade de garantir a qualidade ambiental, ignorando as demais demandas sociais.

A partir dos anos 1970, juntamente com a mobilização mundial dos governos para encontrar soluções para a diminuição dos impactos ambientais,

foi que os movimentos ambientalistas consolidaram a relação das questões propriamente ambientais com as questões sociais levantadas dentro dos eventos globais e amadureceram suas práticas ambientais, que passaram a ter um caráter social.

Segundo Alain Touraine citado por Brandão (2005, p.131):

[...] existem três movimentos: os movimentos sociais, os movimentos culturais e os movimentos ambientais, sugerindo que no passado recente todos os movimentos “eram limitados”, porque os seus campos de ação, ou seja, “a capacidade de a sociedade produzir-se a si mesma” eram limitados. Atualmente, as três modalidades de movimentos na sociedade têm formado uma aliança entre elas.

Alguns exemplos de campanhas levadas adiante pelos movimentos ambientalistas, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, foram motivados por ameaças, perigos, riscos e insegurança sentidos pela sociedade civil quanto a alguns acontecimentos de nível socioambiental. Por exemplo, os movimentos ambientalistas se posicionaram, lutando, denunciando e exigindo responsabilidades e mudanças de comportamento do governo, frente ao desmatamento da Amazônia (1978-1979), na luta contra a construção de usinas nucleares (1977-1983), na campanha pela aprovação das leis de controle e desestímulo ao uso intensivo de agrotóxico nos Estados do Sul e Sudeste (1982-1985) e na campanha de exigência de responsabilidade por parte do governo federal e do governo do Estado de São Paulo em relação à catástrofe ambiental em Cubatão (1982-1984) (JACOBI, 2003).

Jacobi (2003), nos coloca que, na década de 1980, houve a propagação das práticas socioambientais e duas considerações passam a ganhar corpo dentro do movimento ambiental brasileiro. Primeiro a constatação dos limites do aparato jurídico-institucional disponível, face ao agravamento dos desafios ambientais. Segundo, a crescente percepção dentro do movimento ambientalista de que o discurso ambiental não se encontrava efetivamente disseminado na sociedade brasileira.

Os anos 1980 caracterizaram-se por iniciativas para aprimorar os instrumentos legais de gestão ambiental, a parte dos ambientalistas buscando

se integrar com o campo político e uma busca das ONGs ambientalistas em se profissionalizar e de aproximar-se das ONGs sociais.

As transformações sociais que ocorreram nos movimentos ambientalistas, nessa época, se refletiram em conquistas concretas de algumas campanhas em algumas partes do Brasil, pois conseguiram atingir questões que envolviam as políticas públicas municipais. Tais resultados provocaram gradualmente uma mudança qualitativa na opinião da sociedade quanto à eficiência das lutas ambientais por parte dos movimentos e assim, novos agentes começaram a se envolver. Sendo assim, segundo Jacobi (2003, p. 6):

[...] destacam-se, a destruição dos ecossistemas naturais e o uso abusivo de agrotóxicos, uma luta que a Associação Protetora do Meio Ambiente (AGAPAN), no Rio Grande do Sul, tinha, desde a sua fundação, como uma das suas prioridades. A sua atuação foi muito intensa e não só concretizou uma pressão bem sucedida junto à Assembleia Legislativa daquele estado que culminou na aprovação da primeira lei estadual de agrotóxicos em 1983 como o seu exemplo se disseminou por Santa Catarina, Paraná e São Paulo, onde leis similares foram aprovadas em 1984.

O autor explica que existiram dois motivos para que esse movimento fosse bem sucedido, o primeiro foi que o maior interesse dos movimentos sociais estava em torno dos problemas ligados mais diretamente à pobreza e à satisfação das necessidades básicas dos homens. De outro, “a herança militar do golpe de 64 que [...], procurava se legitimar através de uma intervenção estatal voltada para o crescimento econômico” (p. 6). Portanto, nota-se que as propostas ecologistas não tiveram influência direta nesse movimento.

Contribuindo também de forma decisiva para o fortalecimento das questões ambientais no campo institucional, destaca-se nessa década a opção de vários ambientalistas em guiar-se diretamente pelo campo político, disputando cargos eletivos. Esta escolha representou tanto a percepção de parcela dos representantes dos movimentos ambientalistas da pouca efetividade das ações feitas pelas ONGs, como o entendimento de que o discurso “verde” encontrava já visível na sociedade brasileira.

Foi, porém, nos anos de 1990 que o ambientalismo passou a ser relevante nas ações socioambientais, embora carregasse consigo as marcas do seu processo de afirmação. Desde modo, o ambientalismo assumiu um caráter mais crítico, pois passou a estabelecer um diálogo com a sociedade e seus agentes (VIOLA e VIEIRA, 1992).

Os movimentos ambientalistas estão hoje muito associados às necessidades de construção de uma cidadania para os desiguais, aos direitos sociais, ao impacto da degradação socioambiental derivado das condições de vida nos centros urbanos e sobre a necessidade de se ampliar as práticas centradas na sustentabilidade por meio da Educação Ambiental.

Em conformidade com Brandão (2005, p.103):

[...] o movimento social tende a ser cada vez mais um lugar cultural privilegiado de interações provenientes de escolhas racionais, assim como de opções bastante afetuosas, em nome não somente da defesa de uma causa social justa, mas do profundo desejo do encontro entre pessoas em busca de sentido de vida e de destinos partilhados (2005, p. 103).

O autor explica que, atualmente, as conquistas dos movimentos ambientalistas ocorrem na medida em que suas práticas enfatizam a relação entre a degradação ambiental e a desigualdade social e reforçam a necessidade de alianças com outros movimentos e interações coletivas com a sociedade.

No tópico a seguir é possível encontrar evidências de que as transformações ocorridas na estrutura dos movimentos socioambientais, ao longo dos anos, refletiram e receberam reflexo direto dos tipos de agentes que se envolvem com as causas socioambientais e o que estes pretendem alcançar por meio de suas atitudes como agentes socioambientais.

Os movimentos socioambientais representam, em grande parte, iniciativas de um trabalho coletivo de construção de saberes e de novas práticas frente à necessidade de uma sociedade sustentável, considerando o ser humano o agente principal desse cenário e com possibilidades de transformar, lutar, reivindicar, denunciar e exigir mudanças políticas-sociais para garantir uma vida mais digna.

## 2.3 A POSTURA DOS SERES HUMANOS COMO AGENTES SOCIOAMBIENTAIS

Tavolaro (2001) vem auxiliar esse tópico sobre os diversos níveis de engajamento das pessoas nas questões ambientais em torno das organizações ambientalistas:

[...] há um público simpatizante, com baixo grau de atenção aos problemas ambientais, que, apenas, eventualmente, apoia os protestos pela causa; esse público circunda outra camada a qual fazem parte pessoas mais atentas à qualidade ambiental, mais interessadas e informadas, que provavelmente proporcionam apoio ocasional às causas ambientais, assinando petições, votando em candidatos pró-ambientalismo e, por vezes, contribuindo com tempo e dinheiro. Por fim, há um núcleo em torno do qual essas duas camadas anteriores giram, no qual fazem parte os "ativistas" do movimento: aqueles indivíduos intensamente preocupados e pessoalmente envolvidos com o benefício da qualidade ambiental (p. 21).

Os agentes dos movimentos socioambientais da sociedade atual representam a continuidade dos movimentos emancipatórios que se iniciaram nos anos 1980.

Ainda referenciando Tavolaro (idem, p. 92), os movimentos ambientalistas atuais caracterizam os agentes socioambientais quanto a seus valores, questões centrais e o modo como se organizam. Pensando nos valores motivantes da união dos agentes sobre a causa socioambiental pode-se pensar na possibilidade de emancipação, liberdade individual e de autonomia, conquistas essas que dinamizam os movimentos socioambientais e que trazem aos agentes o sentimento de participação ativa em prol de aspectos que se referem à sua própria qualidade de vida.

Outra característica aparente dos agentes atuais envolve os temas centrais pelas quais eles se motivam a participar e que não se trata mais de questões em defesa a uma única classe, a classe em que se inserem. Atualmente, os movimentos se caracterizam por um bem comum relacionado aos assuntos que tornam os indivíduos iguais. Embora a consciência ambiental nesses movimentos resulte na promoção do fluxo crescente de informações e na expansão de novos valores, Loureiro (2012) nos diz que a baixa compreensão de alguns indivíduos, decorrente da crise social em que vivem, e

de seus comportamentos pouco significativos dentro dos movimentos, podem comprometer qualitativamente os movimentos socioambientais, visto que estes não conseguem se expressar de maneira mais crítica frente à problemática ambiental.

Por outro lado, Loureiro (2012, p. 31), declara que o que pode ser aprimorado nos movimentos ambientalistas é “a qualidade da democracia e da cidadania e isso se constrói em cima de ações políticas voltadas para o cotidiano e para questões que aparentemente não possuem relação com a estrutura da sociedade”.

Em alguns casos, a característica organizacional dentro dos movimentos, no momento inicial da sua constituição, não apresenta uma diferenciação do *status* entre os membros que, segundo Tavolaro (2002, p. 92) “representa que há uma confiança na não diferenciação do processo de tomada de decisões entre aqueles que deles participam”. O ponto negativo desse tipo de organização inicial parece ser que os indivíduos, sem demarcações de suas funções dentro do movimento, caracterizam um enfraquecimento do mesmo, principalmente por não haver a definição de seus líderes. Porém, geralmente, conforme o movimento vai se fortalecendo, ampliando as suas atividades e número de indivíduos participantes, surge a necessidade de uma nova organização, na qual são determinadas as funções dos membros e líderes.

Os movimentos socioambientais têm se constituído dentro da sociedade para protestar, apontar problemas e cobrar mudanças para reverter o cenário atual que ameaça a humanidade. Além disso, os encontros internacionais, a própria institucionalização da Educação Ambiental e a velocidade com que as informações percorrem no mundo através da mídia sobre as questões ambientais e o risco de um colapso, têm mudado o perfil desses movimentos por tratarem a degradação ambiental como uma "situação limite" quanto aos problemas sociais.

Desse modo, a causa socioambiental parece ter tido maior atenção pública e maior engajamento sociopolítico por parte dos participantes dos movimentos, o que os fortalece quanto a seus resultados.

O tópico a seguir deverá apresentar o perfil de jovens participantes de movimentos sociais e socioambientais, levando em conta tanto suas

preocupações e anseios, quanto suas participações como protagonistas na sociedade. Por que esses jovens têm um engajamento sociopolítico relacionado à proteção do meio ambiente? Quem os influencia?

### **2.3.1. O cenário dos jovens como agentes socioambientais**

Conforme apresentado no capítulo anterior, a partir da Eco 92 e, especialmente no Brasil, ocorreu uma importante mudança na consciência ambiental que abrangeu os movimentos ambientalistas e a população em geral. Novas palavras no vocabulário e nos meios de comunicação foram introduzidas, de modo a explicar o desmatamento, a proliferação do lixo, ameaças à biodiversidade, as mudanças climáticas, o próprio desenvolvimento sustentável, entre outros problemas ambientais produzidos pelos atuais padrões de desenvolvimento no país.

Este novo vocabulário ecológico parece ter motivado as ações por parte da sociedade na época (Eco 92), porém, os jovens nascidos a partir dessa ocasião é que compõem "uma geração que se sente mais preocupada às questões ambientais" (MEC, 2006, p. 9).

Neste sentido, a escola está tentando cumprir um papel importante nesse processo, porque o meio ambiente é considerado um tema transversal, discutido em diferentes disciplinas e áreas de conhecimento. Além disso, este tema pode ser encontrado nos projetos sociais, governamentais e não governamentais, bem como nas mídias sociais, muito usadas pelos jovens, que disseminam os valores ecológicos e caracterizam esse novo vocabulário.

Segundo o Portal do MEC (2006):

As conquistas tecnológicas modificam a comunicação, a socialização, a "visão do tamanho do mundo" entre gerações. "Ser jovem" em um "mundo conectado" é viver uma experiência historicamente inédita. Qualquer análise sobre a condição juvenil atual deve levar em conta as imagens da juventude disseminadas pela mídia (p. 8).

Carvalho (2002, p. 56) reforça o parágrafo acima, quando relata sobre a forte presença jovem entre voluntários e ativistas de ONGs ambientalistas como *Greenpeace*, *Amigos da Terra*, *World Wildlife Foundation (WWF)*, entre



outras, o que demonstra sua preocupação com a valorização da natureza e com o futuro do planeta.

Esses temas têm sido particularmente atrativos para a formação de grupos jovens para a ação ambiental, mas também pode significar um determinado perfil de jovens que são aqueles que “curtem” o tema e estão dispostos a, através de denúncias, comentários, entre outros, apresentar seus pensamentos sobre as questões ambientais e socioambientais.

De ambas as formas, o engajamento ecológico por parte dos jovens é o que parece estar sendo o caminho de sua politização nos dias atuais, o que os leva a buscar formas de organizar o laço sociopolítico entre eles, seja através das mídias, ou em organizações como ONGs e movimentos socioambientais.

Carvalho (2002) relata que, o que pode atrair os jovens a esse engajamento sociopolítico é o problema concreto que a ação ecológica proporciona em oposição ao tradicional debate ideológico, visto pelos jovens como supostamente estéril.

Em uma pesquisa realizada pelo MEC (2006), com jovens integrantes do grupo Coletivos Jovens de Meio Ambiente<sup>12</sup>, foi possível identificar visões distintas sobre a compreensão desses jovens sobre o tema “meio ambiente” e as motivações que os levou a se envolverem com o tema. A partir da seguinte pergunta proposta a eles: "O que é o meio ambiente pra você?" – foi possível identificar as categorias em que se enquadra a visão dos jovens sobre o que é o meio ambiente.

Foram utilizadas pelo MEC (2006), as seguintes categorias de compreensão (visão) dos jovens:

- Visão integradora. Por essa visão, entende-se que meio ambiente é o conjunto de elementos “bióticos” e “abióticos”, incluindo os seres humanos e suas manifestações, produções e construções. Entende-se também que essa visão é a mais avançada e sintonizada com concepções da chamada educação ambiental crítica, emancipatória, política e que visa transformações culturais e sociais profundas.
- Visão Antropocêntrica (utilitarista). Aqui, o ser humano, sendo que na maioria dos casos a expressão “homem”

---

<sup>12</sup> Entende-se por Coletivos Jovens de Meio Ambiente, grupos informais que reúnem jovens representantes, que podem ser ou não de organizações e movimentos de juventude e que tenham como objetivo, o envolvimento com a questão ambiental e o desenvolvimento de atividades relacionadas à melhoria do meio ambiente e à qualidade de vida (MEC, 2006, p. 24).

predomina, é apontado como o elemento central na concepção de meio ambiente. Parte-se então, de uma compreensão na qual os recursos naturais precisam de cuidados porque servem de sustentação e suporte à vida humana. Por se entender que o meio ambiente precisa ser protegido por uma questão ética, independentemente da relação que os seres humanos estabelecem com ele, a referida dimensão, por exemplo, não está nessa categoria.

- Visão Conservacionista. Nesse entendimento, os seres humanos não são incluídos na compreensão de meio ambiente. Sabe-se que há diferenças entre os termos, mas eles guardam entre si a característica de se desconsiderar o elemento humano e suas manifestações e produções no ambiente, que remetem à compreensão do ambiente natural intocado (fauna, flora e mata virgem).
- Visão Generalista. Nessa visão, entende-se que “meio ambiente” envolve dimensões muito amplas, dentre elas a espiritual, ressalta-se a importância da vida, dos sistemas vivos e do universo como um todo. No entanto, a mesma se torna muito ampla e genérica, não trazendo elementos críticos, sociais e políticos, desconsiderando os conflitos presentes na relação sociedade/natureza e sociedade/sociedade. Por ser tão generalista, essa visão não contribui para a construção de um foco numa atuação política pedagógica transformadora e emancipatória (p. 30).

Na pesquisa citada, 47% (quarenta e sete por cento) dos jovens integrantes do Coletivo Jovens de Meio Ambiente – CJs apresentaram uma visão integradora sobre o meio ambiente. Este percentual se deu, provavelmente, pelo fato de os jovens pesquisados estarem já familiarizados com o tema. Enquanto, 26% (vinte e seis por cento) apresentaram visão utilitarista, 9% (nove por cento) demonstraram a conservacionista e 10% (dez por cento), a generalista.

Com relação às motivações que os levaram a se envolver com o tema “meio ambiente”, os resultados da pesquisa foram os que seguem:

- Busca do ideal e corresponsabilidade com a comunidade, com o planeta, país, melhoria da qualidade de vida e da sociedade;
- Conscientização, percepção da falta de sensibilidade da sociedade em relação ao meio ambiente;
- Sobrevivência do planeta, preocupação com a preservação/conservação e com as futuras gerações. Cabe salientar que essa preocupação tem um “quê” de instinto de sobrevivência humano;
- Influência de amigos, familiares e grupos;
- Paixão, amor e valores. Esta motivação envolve a emoção pela defesa do “meio ambiente” como o principal motivador para seu envolvimento com o tema (MEC, 2006).

Quanto a este item, 33% (trinta e três por cento) dos jovens consideraram como motivo de seus envolvimento com a questão ambiental, a “Busca do ideal e corresponsabilidade com a comunidade, com o planeta, país, melhoria da qualidade de vida da sociedade”, sendo que 25% dos jovens afirmam estar sensibilizados e conscientizados sobre o tema.

Deste modo, o perfil dos jovens e a relação que eles estabelecem com o meio ambiente, relacionados ao que eles compreendem por “meio ambiente”, bem como suas motivações, são os pontos que devem demonstrar se eles, já envolvidos com o tema, têm uma percepção mais responsável com a questão, sentem-se preocupados e comprometidos com a sua melhoria, entre outras categorias que podem estimular aos jovens às ações (práticas) socioambientais.

Esses dois pontos - compreensão do que é o meio ambiente e as possíveis motivações dos jovens - é que deram suporte para a coleta de informações junto aos sujeitos participantes da presente pesquisa.

No próximo capítulo serão trazidos, portanto, os principais resultados advindos dos instrumentos de coleta e algumas reflexões à luz da teoria especializada.

## **CAPÍTULO 3 – AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS EM SEU MUNICÍPIO**

Para a realização da presente pesquisa foram entregues questionários aos alunos de duas escolas do município de Sertãozinho, interior de São Paulo. Os 136 questionários entregues foram respondidos. Na primeira parte do questionário, Bloco 1, buscou-se identificar o perfil dos participantes com relação à idade, ano escolar, renda familiar, se eles se consideram informados quando às questões ambientais e onde eles encontram as principais informações sobre este tema. Na segunda parte do questionário, Bloco 2, foram levantadas as compreensões dos jovens compreendem sobre meio ambiente e se seus entendimentos teóricos têm sido colocados em prática.

### **3.1. O MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO**

O município de Sertãozinho segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) possui 110.074 habitantes em uma área de 402,874 km<sup>2</sup> e é um dos maiores centros produtores de cana-de-açúcar do país. Segundo União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA, 2012), estima-se que 41% da área da mesorregião de Ribeirão Preto, onde se situa o município de Sertãozinho, seja utilizada para o cultivo de cana-de-açúcar. Sua renda per capita é de cerca de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e o município está entre as dez melhores cidades para se viver no país. Existem sete usinas na cidade cujas produções estão relacionadas à matéria-prima da cana de açúcar<sup>13</sup>.

Uma das escolas onde foi aplicado o questionário situa-se na periferia da cidade. A maioria dos familiares dos estudantes trabalha no corte de cana e/ou em trabalhos de baixa renda dentro das usinas<sup>14</sup>.

O município, segundo o IBGE (2010), não possui unidades locais de entidades sem fins lucrativos relacionados aos temas de meio ambiente e/ou proteção animal.

### **3.2. PERFIL DOS PARTICIPANTES**

---

<sup>13</sup> Site: [www.sertaozinho.gov.br](http://www.sertaozinho.gov.br)

<sup>14</sup> Informações fornecidas pela professora Maria da Penha.

Participaram da pesquisa, 136 alunos de duas escolas (uma estadual e outra particular), sendo 73 do sexo feminino e 60 do sexo masculino e três não responderam. Com relação à idade, a maioria encontra-se na faixa entre 15 e 16 anos (59%), conforme tabela 1.

**Tabela 1 – Idade dos alunos.**

	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
14 anos	19	14%
15 anos	30	22%
16 anos	50	37%
17 anos	28	21%
18 anos	4	3%
Respostas em branco	5	4%
TOTAL	136	100%

Conforme a tabela 2, a maioria dos participantes da pesquisa está cursando o 1º e 2º ano do Ensino Médio (79%).

**Tabela 2 – Ano escolar.**

	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Primeiro ano do ensino médio	57	42%
Segundo ano do ensino médio	50	37%
Terceiro ano do ensino médio	1	1%
Nono ano do ensino fundamental	21	15%
Respostas em branco	7	5%
TOTAL	136	100%

De acordo com as respostas dos alunos, a renda familiar estimada de 47% deles está entre um e cinco salários mínimos e 40% dos alunos responderam que não sabem dessa informação.

No que se refere às percepções de meio ambiente, foram elaboradas duas questões (números 6 e 6.1 do questionário) ainda do Bloco 1. Nessas questões foi orientado que os alunos escolhessem duas alternativas entre seis opções (sendo que a última – “outros” – eles deveriam especificar).

Na questão 6 foi perguntado se os participantes se consideram informados sobre as questões ambientais. Já a questão 6.1 investigou os

fatores que contribuem para que os alunos obtenham as informações sobre o tema.

Os resultados mostram que 69% dos alunos se consideram informados sobre as questões ambientais e 31% afirmaram que não. Apesar de a grande maioria se declarar informada sobre o tema, por outro lado esse dado é preocupante, uma vez que o número de jovens que se consideram não informados é bastante alto. Isso talvez seja em decorrência de uma falta de interesse, acesso limitado a meios de comunicação ou mesmo que não esteja entre suas prioridades.

A Tabela 3 mostra os resultados da questão em que os jovens poderiam escolher duas das cinco opções como fatores que mais contribuem para a obtenção de informações sobre o meio ambiente (entre outros). A maioria deles apontou os itens “escola”, com 64% e “meios de comunicação”, com 54%. A educação recebida em casa também apareceu com 21%.

**Tabela 3 –** Fatores que mais contribuem para as informações sobre o Meio Ambiente.

	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
A escola onde estudei	87	64%
As informações obtidas através dos meios de comunicação (rádio, TV, jornais, internet)	74	54%
A educação que recebi em casa	28	21%
A participação em associações e/ou entidades comunitárias	2	1%
Onde trabalho	0	0%
Outros (especificar)	0	0%

Esses dados demonstram a importância da escola como um espaço sociocultural onde há a possibilidade de aproveitar das diferenças de origem social, da idade e das experiências vivenciadas pelos alunos. Afinal, um de seus papéis é o de garantir a todos o acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente acumulados pela sociedade.

Porém, conforme Dayrel (1996, p. 5) no ambiente escolar:

O conhecimento é visto como produto, sendo enfatizados os resultados da aprendizagem e não o processo. Essa perspectiva implementa a homogeneidade de conteúdos, ritmos e estratégias, e não a diversidade. Explica-se assim a forma como a escola organiza seus tempos, espaços e ritmos bem como o seu fracasso. Afinal de

contas, não podemos esquecer - o que essa lógica esquece - que os alunos chegam à escola marcados pela diversidade, reflexo dos desenvolvimentos cognitivo, afetivo e social, evidentemente desiguais, em virtude da quantidade e qualidade de suas experiências e relações sociais, prévias e paralelas à escola.

Para o tema em questão – meio ambiente – esse tipo de aprendizagem não favorece as práticas oriundas do conhecimento sobre as questões socioambientais, pois a diversidade entre os alunos e suas experiências acumuladas e vivenciadas em múltiplos espaços muitas vezes não é explorada. Dessa forma, o tratamento uniforme e acrítico dado pela escola não torna viável ou possível que os alunos percebam melhor as questões ambientais do município e o seu papel como agentes transformadores da realidade. Segundo Ribeiro (2012, p. 74), este problema pode estar ocorrendo pois:

Professores e alunos compartilham o mesmo espaço físico, mas não a mesma Leitura do Mundo. As realidades são distintas. Uma das hipóteses que levantamos aqui é a de que os professores, por suas condições precárias de trabalho (jornadas extensas, baixos salários, entre outras), têm poucas oportunidades para vivenciar experiências que os aproximem de uma relação mais orgânica com o ambiente. Além disso, os professores estão imersos em uma instituição escolar marcada pela produtividade, pela competitividade, pela memorização e pela ausência de pensamento crítico.

Para Freire (1996, p. 63), "o educador que 'castra' a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, inibe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica".

No entanto, é na escola que os jovens se identificam pelas formas próprias de vivenciar e interpretar as relações e contradições, entre si e com a sociedade, produzindo uma cultura própria. Portanto, percebendo essas relações em que estão imersos, têm a possibilidade de se apropriar dos significados que lhes são oferecidos e formar uma consciência individual e coletiva (ENQUITA, 1990). Logo, o convívio escolar pode favorecer as práticas oriundas do conhecimento adquirido coletivamente sobre diversos assuntos do cotidiano e também sobre as questões socioambientais. Deste modo, quando a

importância do aprendizado de conteúdos ultrapassar a preparação para o vestibular e a formação geral para o trabalho, valorizando então o contexto social em que os jovens valorizam e se inserem, será possível gerar uma percepção e identificação mais próxima da realidade do jovem com seu município, por exemplo.

A instituição escolar não é o único espaço capaz de contribuir para a construção do conhecimento e cultura própria dos jovens, tampouco, sozinha conseguiria atingir os objetivos esperados para a formação de cidadãos críticos e engajados em mudar a realidade socioambiental. Considerados os limites, a escola não deixa de ser um lócus importante de formação e, portanto, é necessário que sejam problematizadas as questões relacionadas ao ensino e à aprendizagem.

Ainda na Tabela 3, 54% dos sujeitos da pesquisa responderam que obtêm informações por meio dos meios de comunicação (TV, rádio, jornal, internet). É importante relatar esse dado, pois conforme citado nessa dissertação, os jovens sujeitos dessa pesquisa são indivíduos que nasceram numa época em que ocorreu um salto de conscientização relacionado à temática ambiental e, supostamente, têm recebido influências de diversos ambientes de convívio para a construção de conhecimento e cultura.

Desse modo, não é de se estranhar o fato de uma das influências apontadas ter sido os meios de comunicação, atualmente de fácil acesso para os jovens. Presentemente, os jovens se comunicam com muita facilidade, em tempo real, e conseguem informações rápidas e de conteúdos diversos via os meios de comunicação de massa. Porém, o acesso às informações pela internet, por exemplo, não garante que os jovens obtenham conhecimento adequado sobre qualquer tema, pois existem conteúdos simplificados, sem valor científico e que beneficiam interesses individuais, econômicos e políticos, entre outros. Portanto, as informações adquiridas por meio dos meios de comunicação de massa devem ser interpretadas com atenção.

Todos os dias recebemos, via satélite, pelos meios de comunicação, o mundo editado aos pedaços, o que contribui para que construamos uma visão do mundo que nos faz sentir, cada vez mais, que nosso destino está ligado ao que acontece no mundo, no planeta. Globalização, mundialização, planetarização são palavras que começam a construir uma nova comunidade



de destino, em que a vida de cada um já não se acharia mais ligada ao lugar ou ao país onde se nasceu ou, pelo menos, não se acharia mais ligada do mesmo modo como achava antes. (PORTO-GONÇALVES, 2006)

Os meios de comunicação têm promovido a supervalorização da escala global e a desvalorização da escala local, o que tem tornado a relação do ser humano com a natureza mais distante. A mídia tem manipulado o ser humano e o convidado a cuidar do seu lixo ou da espécie ameaçada, como se as responsabilidades de todos fossem iguais "como se o todo fosse a soma das partes, cada qual igual a outra." (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 15). Com isso, é ignorado o contexto da criação das diferentes sociedades, suas contradições e necessidades.

Além disso, a comunicação de massa pode promover no ser humano um pensamento acrítico sobre os problemas socioambientais, ignorando sua concepção sobre si mesmo e de suas relações com o mundo a sua volta. Para Paulo Freire (1989) é fundamental a emancipação do ser humano e a libertação de sua consciência mediante as relações que este estabelece com o seu contexto de vida, o que pode lhe fornecer plenas condições de atuar em seu contexto social, pois:

[...] somente o ser humano, como um ser que trabalha, que tem um pensamento-linguagem, que atua e é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a sua própria atividade, que dele se separa, somente ele, ao alcançar tais níveis, se fez um ser da práxis. [...]. (FREIRE, 1980, p. 39)

Vale ressaltar que as mídias sociais hoje têm tido um papel importante de disseminação de informações sobre os temas socioambientais e outros, bem como, favorecem ações coletivas e de divulgação de problemas e algumas soluções socioambientais. Por outro lado, ainda há muitas falhas nesse meio de comunicação, as quais merecem atenção e ponderação. Por isso, o papel do educador deve ser o de formar jovens cidadãos críticos que saibam interpretar e formar opiniões próprias sobre a grande porção de informações às quais eles têm acesso. Com isso, é possível que os jovens tenham a percepção de seus papéis como agentes sociais de transformação e entendimento sobre os seus direitos e deveres em relação ao meio ambiente e da importância de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.

### 3.3. CONCEPÇÕES SOCIAIS DE MEIO AMBIENTE, PERCEPÇÃO SOBRE QUESTÕES AMBIENTAIS LOCAIS, ATITUDES E COMPORTAMENTOS

A tabela 4 aponta os assuntos da atualidade que chamam mais a atenção dos sujeitos da pesquisa. Nessa pergunta os sujeitos da pesquisa tinham a opção de escolher cinco opções entre 13 assuntos, conforme a tabela e, se necessário, acrescentar algum item de interesse, especificando-o. I

De acordo com as respostas, os cinco itens mais escolhidos foram: Meio Ambiente (70%), Educação (70%), Direitos Humanos (56%), Juventude (54%) e Política (47%).

Todo instrumento de pesquisa infere em escolhas e apresenta limites e possibilidades que, segundo Gunther (2006), em se tratando de uma pesquisa quantitativa não é possível explicitamente apontar as influências de crenças e valores dos sujeitos.

Como o questionário aplicado referia-se ao tema relacionado ao meio ambiente, isso provavelmente influenciou nas respostas. No entanto, conforme Carvalho (2006, p. 3), “os jovens são sensíveis a ações coletivas e afirmativas, e o tema do meio ambiente favorece um espaço de expressão política”, o que permite a visibilidade e a participação numa esfera pública e, ao mesmo tempo, rito importante de passagem para a vida adulta. Além disso, o município de Sertãozinho possui 40% de sua área usada para a agricultura, o que pode justificar o interesse dos sujeitos da pesquisa quanto aos impactos que a agricultura local causa no meio ambiente.

Estas questões serão melhor compreendidas a partir do próximo tópico (Bloco 2 do questionário) por meio das preocupações de alguns jovens com a conservação de áreas naturais e problemas sociais.

**Tabela 4** – Assuntos da atualidade que têm mais chamado à atenção.

		<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
1	Meio Ambiente	95	70%
2	Educação	95	70%
7	Direitos humanos	76	56%
3	Juventude	74	54%

6	Política	64	47%
8	Esporte	60	44%
9	Diversidade étnico-racial	60	44%
5	Cultura e lazer	45	33%
13	Espiritualidade/religião	38	28%
4	Cidadania	38	28%
11	Empreendedorismo	14	10%
10	Gênero	13	10%
12	Questões rurais/campo	9	7%
14	Outros (especificar) *	4	3%

\*Homofobia, Sexualidade, Violência.

Não é possível saber qual contexto os jovens estavam considerando quando responderam que apresentam interesse pelo tema da "Educação", pois a escola não pode ser considerada a única instituição responsável pela educação, socialização, e estes também participam de outras instituições sociais, como a família, por exemplo. No entanto, segundo Magnani (2001) é importante ressaltar que, de acordo com a faixa etária e idade escolar dos sujeitos da pesquisa, os mesmos encontram-se próximos à fase de vestibular, etapa em que, segundo Sarriera (2004, p. 39), pode-se constatar uma contradição que persegue a educação brasileira e os jovens, pois exclui a maioria dos participantes: "O jovem é estimulado pela sociedade e pela sua família a se submeter ao vestibular para ingressar em uma universidade, porém, a sociedade não oferece condições para todos cursá-la." O ensino superior em muitas instituições é um fator de eliminação de candidato para o posto de trabalho, o que torna o ingresso na universidade uma preocupação ainda maior dos jovens.

Outro item mais assinalado pelos sujeitos foi o dos "Direitos Humanos". Os direitos humanos é um tema muito vasto e estão relacionados ao bem-estar social dos indivíduos. Segundo Gorender (2006, p. 12): "Os direitos humanos nos afetam a todos, como indivíduos e cidadãos. Protegê-los significa proteger a nós mesmos - o que independe do regime político e econômico-social". Nesta questão, também não é possível saber em que contexto os jovens assinalaram este item, no entanto, a Tabela a seguir pode contribuir para entender melhor essa temática, pois dois dos itens mais assinalados se relacionam com os Direitos Humanos.

Vejam, a Tabela 5 apresenta vinte possíveis impactos socioambientais que podem estar ocorrendo no município onde residem os sujeitos da pesquisa e aponta os problemas os quais eles acreditam que estão ocorrendo na região. As sugestões de problemas da tabela foram baseadas nas características típicas do município de Sertãozinho e os jovens tinham a opção de escolher até cinco itens.

**Tabela 5 – Problemas que ocorrem em Sertãozinho.**

		<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
1	Desperdício de água	98	72%
2	Violência urbana	74	54%
3	Precariedade do sistema de saúde pública	60	44%
4	Poluição das águas	59	43%
5	Falta de conservação de áreas naturais	54	40%
6	Poluição do ar	54	40%
7	Desmatamento	42	31%
8	Má qualidade do ensino público	37	27%
9	Queimada de cana	34	25%
10	Crescimento urbano descontrolado	25	18%
11	Desemprego	24	18%
12	Fome e pobreza	19	14%
13	Uso inadequado de agrotóxicos e fertilizantes	18	13%
14	Degradação do patrimônio histórico	17	13%
15	Falta de reforma agrária	13	10%
16	Extinção de espécies animais e vegetais	10	7%
17	Falta de sistemas de gestão de resíduos sólidos (lixo)	7	5%
18	Desvalorização das tradições e costumes regionais	6	4%
19	Erosão ou Contaminação do solo	5	4%
20	Expansão agrária descontrolada	0	0%

Conforme citado anteriormente, o segundo e terceiro itens (violência urbana, com 54%, e precariedade do sistema de saúde pública, com 44%) indicados como possíveis maiores problemas do município, estão relacionados com a temática dos “Direitos Humanos”, o que sugere que estes estão atentos ou interessados nas questões sociais do seu município, bem como, com os impactos ambientais que as usinas e plantios de cana-de-açúcar causam. Além disso, os itens assinalados nessa questão revelam a atenção dos jovens para os assuntos: o desperdício de água, poluição das águas e falta de conservação das áreas naturais.

Importante salientar algumas das opções menos indicadas como problemas no município, entre elas: o desmatamento, a queimada de cana, a fome e a pobreza, o uso inadequado de fertilizantes e agrotóxicos, a falta de reforma agrária, a extinção de espécies, a degradação do solo e a expansão agrária descontrolada. Todos esses fatores seguramente impactam a qualidade de vida no município e o meio ambiente, uma vez que eles ocorrem em larga escala em todo o país. Entretanto, a maior parte dos jovens (mais de 70%) não os considera prioritários.

A tabela a seguir indica se os jovens, mediante os problemas do município, têm atuado na participação para a resolução desses problemas.

Complementando os dados anteriores, foi perguntado aos sujeitos se eles participaram de alguma iniciativa de caráter coletivo para tentar solucionar os problemas apontados. Eles tinham a opção de apontar três itens da tabela. Sendo assim, 79% dos sujeitos responderam que não e 21% que sim. Abaixo seguem as iniciativas apontadas:

**Tabela 6 – Iniciativas de caráter coletivo.**

		<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
1	Trabalho voluntário	16	12%
2	Denúncias	14	10%
3	Participando de manifestações (ex. passeatas, mutirões)	12	9%
4	Reunião comunitária	9	7%
5	Procurando autoridades para reclamação direta	6	4%
6	Reuniões com representantes de órgãos públicos	5	4%
7	Outra (especificar)	1	1%

Segundo Carvalho (2006), embora os jovens encontrem diversos meios pelos quais eles podem ser aproximar dos valores ecológicos, quando não apresentam adesão às lutas, ou ações, pode significar uma falta de aproximação dos ideais ecológicos. No entanto, embora a maioria dos sujeitos não tenha participado de iniciativas coletivas para resolver os problemas socioambientais, o “trabalho voluntário”, a participação em manifestações e passeatas e em reuniões comunitárias, tiveram algum destaque nas respostas da tabela acima. Com esses dados é possível refletir, no âmbito da educação sociocomunitária, a busca por autonomia desses sujeitos, que pode promover a socialização e a solidariedade, visando o desenvolvimento e a preocupação

com a mudança social. Esses tipos de iniciativas favorecem a formação de espaços fora da escola, que são espaços pouco formalizados e pouco hierarquizados, “proporcionam a investigação e projetos de desenvolvimento e, ainda, têm formas de participação descentralizadas”. (AFONSO, 1989, p. 90).

Estes espaços são formados pelo cotidiano das relações sociais com os “outros”, pela experiência e em ações coletivas fora da escola, em locais informais onde há processos de interação e intencionalidade na ação, na participação, na aprendizagem e na transmissão e troca de saberes (GOHN, 2006), apontando a disposição de participação existente em cada indivíduo e a possibilidade de gerar conhecimento e conscientização sobre os problemas e soluções socioambientais locais.

Outra possibilidade proporcionada quando existe uma ação voluntária é a proposta pedagógica de Paulo Freire chamada de Círculos de Cultura. Keim (2004, p. 18) diz que Freire “nos brindou com uma proposta de trabalho educacional que tem como aspecto mais relevante do processo educativo a inserção e a história de vida dos integrantes do processo e da comunidade”. Sendo assim, os Círculos de Cultura se apresentam como uma dinâmica educativa capaz de integrar os envolvidos numa organização em que, segundo Freire (1988), cada qual com seus conhecimentos e informações, sejam capazes de interagir consciente e criticamente, promovendo autonomia e liberdade no contexto em que estão inseridos.

A dinâmica que envolve essa proposta educativa, enquanto processo de construção de conhecimento coletivo, é capaz de promover processos de libertação, autenticidade e dialogicidade e, ainda, nessa proposta, é práxis, sendo um movimento operacionalizado simultaneamente pela ação e reflexão, que permitirá que as concepções e a prática permaneçam inseparáveis.

Segundo Ghedin (s/d):

[...] o processo humano de compreensão-ação é, intrinsecamente, uma dinâmica que se lança continuamente diante da própria consciência de sua ação. Mas, a ação, puramente consciente da ação, não realiza em si uma práxis. A consciência-práxis é aquela que age orientada por uma dada teoria e tem consciência de tal orientação. Teoria e prática são processos indissociáveis.

Desse modo, a ação e a reflexão dos indivíduos diante dos temas socioambientais podem promover as mudanças que forem consideradas relevantes, necessárias e imprescindíveis para a melhoria da vida.

Na tabela 6 foram sistematizados os resultados sobre o que os sujeitos da pesquisa compreendem por meio ambiente. Para essa análise das concepções de meio ambiente, foi elaborada uma questão que apresentava 21 expressões as quais os estudantes deveriam indicar se, na opinião deles, pertenciam ou não à sua noção de meio ambiente.

**Tabela 7 – Concepções e associações sobre o meio ambiente.**

		Freq.	Per.	Freq.	Per.	Freq.	Per.
		Sim		Não		Não sei	
1	Poluição	117	86%	4	3%	1	1%
2	Desmatamento	114	84%	7	5%	1	1%
3	Clima	112	82%	4	3%	5	4%
4	Agricultura	110	81%	2	1%	8	6%
5	Geração e distribuição de energia	104	76%	6	4%	10	7%
6	Biodiversidade	101	74%	7	5%	13	10%
7	Desperdício	94	69%	17	13%	11	8%
8	Recursos Hídricos	80	59%	9	7%	30	22%
9	Turismo	79	58%	21	15%	20	15%
10	Saúde	79	58%	33	24%	10	7%
11	Lazer	73	54%	28	21%	18	13%
12	Reforma agrária	69	51%	15	11%	35	26%
13	Consumo	66	49%	22	16%	31	23%
14	Economia	63	46%	34	25%	24	18%
15	Moradia	50	37%	46	34%	24	18%
16	Fome	45	33%	54	40%	20	15%
17	Emprego	43	32%	62	46%	16	12%
18	Educação	41	30%	57	42%	22	16%
19	Segurança Pública	18	13%	82	60%	19	14%
20	Distribuição de renda	14	10%	80	59%	26	19%
21	Violência Social	6	4%	80	59%	34	25%

Pode-se observar que os sujeitos associam a ideia de meio ambiente relacionada a elementos da natureza, o que Reigota (1991) chamaria de visão do meio ambiente conforme Quadro 1 (CF, p. 25).

A pesquisa de mestrado de Ribeiro (2012) reforça a resposta dos jovens dessa investigação quando apresenta resultados semelhantes aos que foram encontrados na Tabela 6. Para Ribeiro (2012) isso se deve ao fato de que os jovens, tendo a ideia de meio ambiente diretamente vinculada à biologia com abordagem marcadamente naturalista e conservacionista, não encontram relação do meio ambiente com a produção de bens, o consumo e os impactos no meio ambiente. Para o autor o espaço da escola não tem contribuído para que a visão sobre o meio ambiente se torne sistêmica, embora em sua pesquisa os professores tenham uma concepção sistêmica de meio ambiente.

Então, mesmo os professores tendo uma concepção sistêmica, eles trabalham com os alunos na concepção naturalista. Isto acontece porque os professores, em suas aulas, não relacionam problemas ambientais com a população e a cidade. As questões ambientais são mostradas somente a partir dos pontos geradores de impacto (indústrias, agricultura e pecuária). (RIBEIRO, 2012, p. 66)

A atuação da escola junto dos jovens torna-se um assunto relevante para discussão, pois, na Tabela 3, 64% dos sujeitos dessa pesquisa responderam que a escola é o espaço que mais contribui para o conhecimento dos mesmos sobre as questões ambientais e 69% do total de jovens se consideram informados sobre o tema.

Exemplo: Analisando as respostas dos jovens nas tabelas 4 e 5, os mesmos apresentaram interesse e preocupação com relação a “violência”, no entanto, ao relacionar este tema com a ideia de meio ambiente, 59% dos jovens responderam que a violência não está relacionada a temática.

Desse modo, é possível que as questões ambientais são mostradas na escola somente a partir dos pontos geradores de impacto (usinas e plantio de cana-de-açúcar) e não há uma discussão que relacione os problemas ambientais com a população e o município.

As tabelas a seguir permitem discutir a relação entre as concepções dos estudantes sobre o que é ambientalmente correto com as suas ações cotidianas, bem como buscam avaliar a prática de ações cotidianas que refletem o nível de comprometimento individual dos jovens para com as questões ambientais.



**Tabela 8 – Práticas do dia-a-dia que contribuem para a conservação do meio ambiente.**

		Freq.	Per.	Freq.	Per.	Freq.	Per.	Freq.	Per.	Freq.	Per.
		Nunca faz		Faz às vezes		Sempre faz		Pretende fazer		Não sei	
1	Deixar o aparelho de TV ligado, mesmo não assistindo_____	27	20%	88	65%	17	13%	1	1%	0	0%
2	Fechar a torneira enquanto escova os dentes_____	13	10%	40	29%	76	56%	2	1%	1	1%
3	Reutilizar sobras de materiais, produtos e embalagens_____	58	43%	48	35%	9	7%	13	10%	3	2%
4	Cuidar de quintais e jardins de sua casa_____	25	18%	34	25%	66	49%	5	4%	2	1%
5	Cuidar de praças e ruas do seu bairro, sua cidade_____	90	66%	19	14%	4	3%	11	8%	8	6%
6	Separar os resíduos sólidos domésticos (lixo) para coleta seletiva_____	49	36%	35	26%	31	23%	12	9%	5	4%
7	Dar preferência a produtos orgânicos na alimentação e no uso pessoal_____	46	34%	37	27%	10	7%	8	6%	31	23%

Os resultados da tabela 8 apontam para necessidade de compreensão e comprometimento dos jovens com relação as demandas do meio ambiente, por exemplo, com relação aos impactos ambientais causados pela falta de separação do lixo, em que 36% deles apontaram que não têm essa prática, bem como, sobre a reutilização de alguns materiais em que 43% apontam que não fazem. Estes dois resultados nos remete a reflexão sobre emergência da práxis diante dos impactos ambientais causados pelo aumento da produção do

lixo. Dessa forma, não apenas devemos pensar sobre a separação ou na reutilização de materiais que seriam descartados, mas deveríamos pensar e combater os danos causados pela falta dessas duas práticas que originam da falta de um consumo consciente.

**Tabela 9** – Grau de concordância dos estudantes com frases relacionadas à conservação do meio ambiente.

		Freq.	Per.	Freq.	Per.	Freq.	Per.	Freq.	Per.
		Discorda		Indiferente		Concorda		Não sei	
1	Se você reduz o consumo de água, isto faz diferença para a conservação ambiental.	7	5%	3	2%	108	79%	14	10%
2	Se você reduz o consumo de energia, isto faz diferença para a conservação ambiental.	4	3%	10	7%	97	71%	21	15%
3	Se você separa os diferentes resíduos (lixo) de sua casa ou trabalho, isto faz diferença para a conservação ambiental.	3	2%	4	3%	118	87%	4	3%
4	Se você consome menos carne, isto faz diferença para a conservação ambiental.	50	37%	35	26%	20	15%	27	20%
5	Se você não cria animais silvestres, isto faz diferença para a conservação ambiental.	43	32%	20	15%	36	26%	33	24%
6	Se você diminui o uso de embalagens, isto faz diferença para a conservação ambiental.	10	7%	13	10%	81	60%	28	21%
7	Se você evita produtos descartáveis, isto faz diferença para a conservação ambiental.	22	16%	16	12%	77	57%	17	13%
8	Se você cultiva áreas verdes, isto faz diferença para a conservação ambiental.	4	3%	4	3%	107	79%	17	13%

Pode-se observar, por meio da análise do cruzamento dos resultados das tabelas acima, que os jovens apresentam incoerências entre as suas concepções ambientais e as ações cotidianas, ou seja, em teoria consideram-se informados quanto às questões ambientais, mas nas ações do dia-a-dia demonstram pouca percepção da correlação destas concepções com a práxis sistêmica na geração dos impactos ambientais.

Segundo Paulo Freire (1998) a teoria sem a prática vira a verbalismo, assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade. Desse modo, percebe-se que as práticas do dia-a-dia dos jovens não permitiram a eles modificar a sua própria realidade, incluindo aqueles problemas que, na Tabela 5 (desperdício de água, violência urbana, precariedade no sistema público de saúde), eles apontaram como problemas relacionados ao município onde vivem.

Para Puhl (2012, p. 5), “o processo do conhecer e do agir requer dinâmica relacional entre ação/reflexão/ação, de exercício da práxis”. De acordo com Konder (1992, p. 115-116):

A práxis é a atividade concreta, pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa de reflexão, de autoquestionamento da teoria; é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos.

A análise das próprias práticas executadas pelos jovens parece não ser feita pelos mesmos, pois a Tabela 8 mostra que poucos deles apresentam “mudar suas atitudes” diante de alguns itens da tabela, a exemplo do que foi discutido anteriormente sobre a separação do lixo e reutilização de alguns materiais que seriam descartados. Na Tabela 9, para este mesmo itens, os jovens concordam que estas duas práticas fazem diferença na conservação do meio ambiente, 57% concordam sobre evitar o uso de descartáveis, assim como, 87% concordam sobre a separação do lixo. Sendo assim, indica-se que

algumas práticas de seus dia-a-dia não são coerentes com as concepções que eles têm sobre a preservação do meio ambiente.

Deste modo, a percepção dos jovens participantes da presente pesquisa parece estar bastante pautada na concepção naturalista e antropocêntrica do meio ambiente, o que significa uma compreensão que leva em conta somente os seus aspectos naturais (fauna, flora, recursos naturais).

Embora o município tenha 40% da sua área na zona rural, o uso da mesma está direcionado ao agronegócio por meio do plantio de cana-de-açúcar, o que tem causado alguns dos impactos ambientais apontados, entre eles: desperdício de água, poluição das águas, falta de conservação de áreas naturais, poluição do ar, desmatamento. Ainda que os jovens tenham indicado como problemas do município os itens: violência urbana, precariedade do sistema de saúde pública; ao classificar se estes itens pertenciam à ideia de meio ambiente, 58% dos jovens apontaram que violência não se relaciona ao meio ambiente, 25% dos jovens não souberam responder essa questão, já no item “saúde”, 24% indicaram que a saúde não pertence à ideia de meio ambiente.

A falta de entendimento sobre as concepções de meio ambiente numa perspectiva social, ou seja, a falta de uma visão sistêmica sobre essas concepções pode comprometer o entendimento sobre as relações que envolvem o ser humano com o meio em que vive, da importância de defender o meio ambiente em sua totalidade e preservá-lo para a presente e futuras gerações.

Um dos aparentes motivos pelo qual existe a falta de compreensão e reflexão parece ser a própria violação da dignidade humana e dos direitos humanos conforme apontado pelos jovens. Para Capra (2005, p. 224), para que haja uma sociedade sustentável, os direitos humanos devem ser integrados com a sustentabilidade.

Dessa forma, o desrespeito pela dignidade humana e os seus direitos humanos não permitem que haja uma relação sadia entre os sistemas vivos - humanos e não humanos. A dificuldade dessas relações não favorece a reaproximação do ser humano com a natureza, tampouco seu sentimento de pertencimento ao meio ambiente e sua comunidade e a cooperação de todos com todos e a solidariedade.

Como o ser humano poderá compreender as emergências do meio ambiente em sua comunidade se o mesmo se sente socialmente excluído da sociedade em que vive? Como ele pode compreender o quanto suas atitudes impactam o meio em que vive se os seus direitos humanos são violados? Estas novas questões surgiram durante essa pesquisa.

Agora podemos pensar em nossos sujeitos da pesquisa que vivem do trabalho resultante do plantio e colheita da cana-de-açúcar, a mesma que também causa danos graves ao meio ambiente, danos os quais eles apontaram como principais problemas do município, porém muitos dos jovens não percebem essa correlação.

Outros motivos aparentes sobre a falta de entendimentos e reflexão sobre as questões socioambientais são os meios por onde os jovens obtêm informações sobre o tema, ambientes educacionais que não estão promovendo a emancipação e a ruptura do senso comum diante dos problemas ambientais.

As escolas, as mídias de comunicação em massa, contribuem para dificultar as relações entre ser humano e o meio em que vive e o ser humano com o ser humano e não têm contribuído para um pensamento e agir sustentável, pois não permitem a construção da práxis como um processo educacional marcado por intervenções educativas que articulam a própria comunidade para transformações sociais. E deste modo, permanece o ser humano aceitando a própria realidade.

De que maneira meios pelos quais os jovens obtêm conhecimento sobre os problemas socioambientais poderiam contribuir para que eles sejam sujeitos da práxis, transformadores de si mesmos e da sua comunidade por meio da reflexão/ação/reflexão? Acreditamos que uma educação buscando a valorização do contexto social em que os jovens se inserem, pode gerar uma percepção e identificação da realidade dos jovens com seu município, o que permitiria a efetividade da participação dos mesmos como voluntários e protagonistas da própria vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande desafio socioambiental hoje é o de “romper com a ideia de um pensamento único e unidimensional [...] que vem reduzindo, sufocando e superexplorando a natureza” (LEFF, 2007, p. 9). E para que haja esta ruptura não basta se firmarem acordos e convenções, que por vezes não são colocados em prática, e quando colocados vão ser regidos por essa mesma racionalidade instrumental e econômica que hoje questionamos, mas sim ir legitimando outras formas de compreensão da vida e da complexidade do mundo sob uma nova ética da práxis.

Retomando os objetivos dessa pesquisa, ao investigar as concepções dos jovens sobre o meio ambiente, observou-se, algumas vezes, uma compreensão pouco crítica sobre as questões ambientais e sociais concernidas no município de Sertãozinho, derivadas ou não do plantio de cana-de-açúcar, bem como, algumas dificuldades em se estabelecer relações e concepções que se manifestam em suas práticas do cotidiano.

Portanto, se faz necessário refletir sobre possíveis contribuições da Educação Ambiental numa perspectiva de uma nova ética ambiental, que se baseia em concepções e práticas coletivas e sociais, que objetivam a sustentabilidade. No entanto, não se pode pensar em uma nova ética partindo de iniciativas estereotipadas, pontuais e pré-fabricadas, como o que acontece em diversas escolas, comunidades, meios de comunicação, como por exemplo: plantio de árvores, coleta seletiva, entre outras ações que por vezes são executadas de modo descontextualizado da realidade local em questão.

Dessa forma, a Educação Ambiental, em qualquer ambiente educacional, tendo como papel reeducar e educar pessoas no âmbito de seus pensamentos e atitudes diante da causa socioambiental, poderia gerar intervenções educativas visando a construção ou reconstrução do conhecimento e o saber sobre as questões da sustentabilidade e assim, levar o ser humano, em especial o jovem, a essa nova ética, em que haja o comprometimento com seu espaço de vida e sua conscientização sobre sua responsabilidade social no âmbito local e planetário.

Paulo Freire e muitos outros educadores brasileiros sabiam que a Educação não muda o mundo. Mas a educação pode ajudar a mudar as pessoas. E ela muda as pessoas ensinando elas a saber ler melhor, a saber pensar melhor, a saber julgar melhor o que está acontecendo, a saber agir melhor, juntas, uma ao lado das outras. E assim, as pessoas que sabem ler palavras lendo o mundo, haveriam de saber mudar o mundo. Saberiam como fazer um mundo melhor para a vida de pessoas mais felizes (BRANDÃO, 2001, p. 42).

A Educação Ambiental é entendida aqui como uma forma de preparar as pessoas para participar da defesa do meio ambiente e garantir o bem-estar social e ambiental. Numa perspectiva emancipatória a EA pode contribuir para a viabilização de um mundo melhor e, pensando nos jovens de hoje, que fazem parte de uma geração que estará, em breve, atuante no mercado de trabalho, formando suas famílias, exercendo cargos em instituições, entre outras atuações na sociedade, faz-se importante que estes percebam e contestem histórias, tradições, novas manias, modas e comportamentos expostos e impostos pela sociedade globalizadora em que vivem.

Existe uma urgência em nos organizarmos e colocarmos a sustentabilidade como um denominador comum em todas as formas de vida, classes sociais, idades, bem como, que nossas práticas e concepções despertem a responsabilidade por futuro comum, pela vida, pela humanidade e pelo planeta (BOFF, 2013).

A educação proposta por autores como Paulo Freire, Moacir Gadotti, Leonardo Boff e Carlos Rodrigues Brandão, que preconizam uma educação ética, nos traz a ideia de uma educação que proporciona e permite compreender o mundo e refletir sobre ele, transformando a realidade a partir de práticas socioambientais conscientes.

Deste modo, se faz necessária a integração do ser humano com o meio em que vive para que a tomada de consciência sobre os problemas socioambientais e a reflexão e as atitudes, de maneira crítica e coletiva, facilitem o comprometimento e a construção do próprio ser humano como sujeito.

Como afirma Boff (2013, p.166) “Por natureza somos seres de cooperação e de solidariedade”. A educação deve, portanto, promover e

incentivar formas de cooperação e solidariedade, ao invés de estimular competição e individualismo.

A Educação para o voluntariado, segundo Martins (2007), pode incluir, por exemplo, jovens de todas as classes sociais, bem como, ter seus ensinamentos por meio dos meios de comunicação, como mídias sociais, nas escolas e no cotidiano da vida dos jovens, de modo que eles promovam e pratiquem a solidariedade e a cooperação. Esse tipo de educação é parte do objetivo da Educação Sociocomunitária que, para Groppo (2012, p. 12), inclui “aquelas intervenções educacionais que buscam mobilizar comunidades ou grupos locais em projetos, causas ou movimentos que tencionam impactar a sociedade em sua globalidade”.

A educação para uma “nova ética” socioambiental é capaz de reorientar o agir humano em sua relação com o meio em que vive.

Segundo Boff (2002), a base de toda construção ética, cujo campo é a prática, se baseia no pressuposto de que o ser humano deve captar seus próprios apelos que se manifestam de modo a compreender os seus atos e as consequências que seus atos derivam. A partir daí, a ética surge à medida que estabelecemos relações com outros seres humanos e não-humanos, sabendo respeitá-los.

Juntamente com as intervenções educativas provenientes da Educação Sociocomunitária, é possível a construção de uma ética socioambiental em que se objetiva a transformação social e ambiental por meio de estratégias educacionais emancipatórias, em que os indivíduos tenham a percepção e autonomia dentro do contexto em que vivem.

A crescente demanda social tem exigido ações e reflexões sobre as questões ambientais no âmbito da educação, sendo assim, propomos pensar numa Educação Ambiental onde haja, incessantemente, reflexões sobre a teoria e a prática, a práxis, compreendendo e mostrando, no mínimo, as metas de conservação e preservação ambientais que não foram alcançadas e assim, propor um novo pensar e envolvimento do ser humano onde este possa se situar como integrante de um meio social e protagonista de sua própria vida e sociedade.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Mundo em Transe**. Disponível em: <[http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aut0221/Material\\_de\\_Apoio/Apoio\\_dos\\_Seminarios/Resenha\\_Mundo\\_em\\_Transe.pdf](http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aut0221/Material_de_Apoio/Apoio_dos_Seminarios/Resenha_Mundo_em_Transe.pdf)>. Acesso em: 25 de Setembro de 2013.

ACSELRAD, Henri, MELLO, Cecília Campello do Amaral, BEZERRA, Gustavo das Neves. **Cidade, Ambiente e política**: Problematizando a Agenda 21 local. Rio de Janeiro, RJ. Garamond, 2006.

AFONSO, A. J. **Sociologia da educação não formal**. Reatualizar um objeto ou construir uma nova problemática? IN A. J. Esteves; S. R. Stoer. A Sociologia na escola. Porto: Afrontamento, 1989.

ARAÚJO, Mônica L. F. **Educação Ambiental, Parâmetros Curriculares e Universidade**. Ano II. n.o. 107. Porto Velho: Ed. Universidade Federal de Rondônia, 2003.

BARCELOS, Valdo, SOUZA, Ivete. **Mudanças climáticas, educação ambiental e refugiados ambientais** – uma diáspora pós-moderna. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/96.pdf>>. Acesso em: 18 de Setembro de 2012.

Bartholo Roberto, Ribeiro Heloisa e N. Bittencourt José (orgs). **Ética e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2002.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A carta da terra**. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/proj/carta-terra.html>>. Acesso em: 27 de Setembro de 2013.

BOMFIM, A. M. **Trabalho, Meio Ambiente e Educação**: apontamentos à Educação Ambiental a partir da Filosofia da Práxis. In: XIV ENDIPE, 2008, Porto Alegre. XIV ENDIPE. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008 p.1-14.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Voo da Arara Azul**: escritos sobre a vida, a cultura e a educação ambiental. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2007.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>> acessado em Outubro de 2013.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização Ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo, SP: Cultrix, 2006.

CAPRA, Fritjof. **Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo, SP: Cultrix, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea In: Novaes, Regina e Vannuchi, Paulo (orgs). **Juventude e Sociedade; trabalho, educação, cultura e participação**. Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Em direção ao mundo da vida**: interdisciplinaridade e educação ambiental / Conceitos para se fazer educação ambiental / Isabel Cristina de Moura Carvalho. — Brasília: IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998.

\_\_\_\_\_. **O sujeito ecológico e identidade social**: a juventude nas trilhas da reinvenção de si e da política. In: DEBONI, Fabio. **Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para a elaboração de políticas públicas**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental, 2006.

CRISPUN, D. Nós, os tigres de papel. In: GABEIRA, F. (org.). **Partido Verde**: propostas de ecologia política. Rio de Janeiro: Ânima, Coleção Ânima Verde, 1986. p. 79-82.

CURRIE, Karen. **Meio ambiente**: interdisciplinaridade na prática: [colaboradoras Sônia Maria Bassan, Angela Maria Coco Cleusa Maria Hehr]. Campinas, SP: Papirus, 1998.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso; ou o progresso como ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FERRERO, Elizabeth M.; HOLLAND, Joe. **Carta da Terra: reflexão pela ação**. São Paulo: Cortez/IPF, 2004. (Guia da Escola Cidadã).

FLECK, Creuza Maria. **Autonomia na Educação** segundo Paulo Freire [dissertação de mestrado]. Santa Catarina: Universidade Regional de Blumenau - FURB; 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.  
\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo, SP: Petrópolis, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação de políticas públicas.** Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação não formal e cultura política.** São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude e Educação Sociocomunitária: Roteiros de investigação.** < <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/02.pdf>>. Acesso em: 15 de Setembro de 2014.

GUNTHER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão?.** Brasília, Mai-Ago. 2006. Vol. 22. n 2. p. 201-210.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Ecopedagogia e cidadania planetária /** Francisco Gutiérrez, Cruz Prado; tradução de Sandra Traducco Valenzuela. 3ed. São Paulo: Cortez, 2013.

JACOBI, Pedro. **Cidade e meio ambiente.** Políticas sociais e ampliação da cidadania. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas.** In: Ribeiro, W. (org.). Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003.

KEIM, Ernesto Jacob. **Trans e Interdisciplinaridade e o ensino disciplinar: uma perspectiva didática.** Blumenau: FURB, 2004. (Mineo)

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis. RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Precisamos de uma nova racionalidade.** SENAC e Educação Ambiental - Ano 16, n. 1, jan/abril 2007.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental no Brasil: formação, identidades e desafios.** Campinas, SP: Papirus, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental.** 4ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos B. Frederico, AZAZIEL Marcus, FRANCA Nayuda. **Educação Ambiental e gestão participativa em unidade de conservação.** Rio de Janeiro: Ibase: Ibama, 2003.

NOVAES, R. **Os Jovens e o Meio Ambiente.** In: FELDAMNN, F, CRESPO, S. & DRUMMOND.J. A.(Orgs) Rio + 10 Brasil: Uma Década de Transformações. ISER; Ministério do Meio Ambiente; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Rio de Janeiro. 2002. p. 56 - 62.

Portal do Brasil. **Protocolo de Quioto**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cop/panorama/o-que-esta-em-jogo/protocolo-de-quioto>>. Acesso em: 12 de Setembro de 2013.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REIGOTA, Marco Antonio dos Santos. **O meio ambiente e suas representações no ensino de ciências em São Paulo**, Brasil. In Boletim da Comissão Interinstitucional sobre meio ambiente e educação universitária. Uniambiente, São Paulo, Ano 2, Fev/Mar, 1991.

**Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. Disponível em: <[http://conspect.nl/pdf/Our\\_Common\\_Future-Brundtland\\_Report\\_1987.pdf](http://conspect.nl/pdf/Our_Common_Future-Brundtland_Report_1987.pdf)>. Acesso em: 24 de Setembro 2012.

RIBEIRO, Antonio Geraldo Alves. **Concepções sobre educação ambiental e as contribuições da educação popular** [dissertação de mestrado]. Uberaba: Universidade de Uberaba; 2012.

Riccardo PETRELLA, Ricardo. **Os obstáculos no caminho de Copenhague**. Disponível em: <<http://www3.polis.org.br/utilitarios/editor2.0/UserFiles/File/19%20-%20Os%20obstaculos%20no%20caminho%20de%20Copenhague.pdf>>

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

**Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://sibea.mma.gov.br/dcsibea/>>. Acesso em: 15 de Outubro de 2013.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR - ÚNICA. Estimativa de safra 2010-2011. Disponível em: <[http://w.iica.ac.cr:19555/Documents/Coletiva%20de%20impressa%20-%20Estimativa%20de%20safra%20%2020102011\[1\].pdf](http://w.iica.ac.cr:19555/Documents/Coletiva%20de%20impressa%20-%20Estimativa%20de%20safra%20%2020102011[1].pdf)>. Acesso em: 15 de Julho de 2014.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI** Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 3ed. 2005.

VIOLA, Eduardo e VIEIRA, Paulo. 1992. **“Da Preservação à Natureza e de Controle da Poluição ao Desenvolvimento Sustentável: um Desafio Ideológico e Organizacional ao Movimento Ambientalista no Brasil”** In: Revista

de Administração Pública 26(4): 81-104, out/dez. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

WEIL, Pierre; D'AMBROSIO, Ubiratan; CREMA, Roberto. **Rumo à nova transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento**. São Paulo: Sannus, 1993.

## ANEXO I

Texto referente à Carta da Terra retirado do site de Leonardo Boff (<http://www.leonardoboff.com/site/proj/carta-terra.html>).

No dia 14 de março de 2000 na Unesco em Paris foi aprovada depois de 8 anos de discussões em todos os continentes, envolvendo 46 países e mais de cem mil pessoas, desde escolas primárias, esquimós, indígenas da Austrália, do Canadá e do Brasil, entidades da sociedade civil, até grandes centros de pesquisa, universidades e empresas e religiões a Carta da Terra. Ela deverá ser apresentada e assumida pela ONU, após aprofundada discussão, com o mesmo valor da Declaração dos Direitos Humanos. Por ela poder-se-ão agarrar os agressores da dignidade da Terra, os Pinochets antiecológicos em qualquer parte do mundo e levá-los aos tribunais.

Na Comissão de Redação estavam Mikhail Gorbachev, Maurice Strong, Steven Rockefeller, Mercedes Sosa, Leonardo Boff e outros. Aqui segue a Carta para ser discutida nas comunidades e em todos os âmbitos. Seu texto pode ser encontrado na internet: [www.cartadaterra.org](http://www.cartadaterra.org) ou [www.earthcharter.org](http://www.earthcharter.org)

### A CARTA DA TERRA

#### Preâmbulo

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, temos que reconhecer que no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

#### A Terra, Nosso Lar

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

#### A Situação Global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e é causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes

da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

### **Desafios Para o Futuro**

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano é primariamente ser mais, não, ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O aparecimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios, ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes.

### **Responsabilidade Universal**

Para realizar estas aspirações devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos ao mesmo tempo cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual, as dimensões locais e globais estão ligadas. Cada um comparte responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem estar da família humana e do grande mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo presente da vida, e com humildade considerando o lugar que ocupa o ser humano na natureza.

Necessitamos com urgência de uma visão de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à emergente comunidade mundial. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas de negócios, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

### **PRINCÍPIOS:**

#### **I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DE VIDA**

##### **1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.**

- a. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente do uso humano.
- b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.

##### **2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.**

- a. Aceitar que com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger o direito das pessoas.
- b. Afirmar que, o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder comporta responsabilidade na promoção do bem comum.

##### **3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.**

- a. Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e dar a cada a oportunidade de realizar seu pleno potencial.
- b. Promover a justiça econômica propiciando a todos a consecução de uma

subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

**4. Garantir a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.**

- a. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração com referência ao meio ambiente é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.
- b. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apoiem, a longo termo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

**II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA**

**5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.**

- a. Adotar planos e regulações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação integral sejam parte de todas as iniciativas de desenvolvimento
- b. Estabelecer e proteger uma natureza viável e as reservas da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de apoio à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.
- c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas em perigo.
- d. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.
- e. Manejar o uso de recursos renováveis como a água, solo, produtos florestais e a vida marinha com maneiras que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.
- f. Manejar a extração e uso de recursos não renováveis como minerais e combustíveis fósseis de forma que diminua a exaustão e não cause sério dano ambiental.

**6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e quando o conhecimento for limitado, tomar o caminho da prudência.**

- a. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica seja incompleta ou não conclusiva.
- b. Impor o ônus da prova àqueles que afirmam que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.
- c. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas consequências humanas globais, cumulativas, de longo termo, indiretas e de longa distância.
- d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou perigosas.
- e. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.

**7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.**

- a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.



- b. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e confiar-se de forma crescente nos recursos energéticos renováveis como a energia solar e o vento.
- c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais saudáveis.
- d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e permitir aos consumidores identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.
- e. Garantir acesso universal ao cuidado sanitário que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.
- f. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e o suficiente material num mundo finito.

**8. Aprofundar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e uma ampla aplicação do conhecimento adquirido.**

- a. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional com respeito à sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.
- b. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuem para a proteção ambiental e o bem-estar humano.
- c. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.

**III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA**

**9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social, econômico e ambiental.**

- a. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não contaminados, ao abrigo e à higiene segura, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.
- b. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e dar seguro médico e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se a si mesmos.
- c. Reconhecer o não instruído, proteger o vulnerável, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.

**10. Garantir que as atividades econômicas e instituições em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.**

- a. Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro e entre nações.
- b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e aliviar as dívidas internacionais onerosas.
- c. Garantir que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas laborais progressistas.
- d. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício da população e responsabilizá-las pelas consequências de suas atividades.

**11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, ao cuidado da saúde e às oportunidades econômicas.**

- a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com

- a violência contra elas.
- b. Estabelecer a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiros plenos e paritários, formadores de opinião, líderes e beneficiários.
  - c. Reforçar as famílias e garantir a segurança e a amorosa criação de todos os membros da família.

**12. Apoiar, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, dando especial atenção aos povos indígenas e minorias.**

- a. Eliminar a discriminação em todas suas formas, como as baseadas na raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, ética ou social.
- b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.
- c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os para cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.
- d. Proteger e restaurar lugares notáveis, de significado cultural e espiritual.

**IV. DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ**

**13. Reforçar as instituições democráticas em todos os níveis e garantir-lhes transparência e credibilidade no exercício do governo, a participação inclusiva na tomada de decisões e no acesso à justiça.**

- a. Garantir o direito a todas as pessoas de receber informação clara e em tempo hábil sobre assuntos ambientais e desenvolvimento de todos os planos e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tivessem interesse.
- b. Apoiar sociedades locais, regionais e globais e promover a participação ativa de todos os indivíduos e organizações na toma de decisões.
- c. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembleia pacífica, de associação e de oposição.
- d. Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo mediação e retificação dos danos ambientais e da ameaça de tais danos.
- e. Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.
- f. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes e definir responsabilidades ambientais a nível governamental onde possam ser cumpridas mais efetivamente.

**14. Integrar na educação formal e aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.**

- a. Oferecer a todos, especialmente a crianças e a jovens, oportunidades educativas que os empodere a contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.
- b. Promover a contribuição das artes e humanidades assim como das ciências na educação sustentável.
- c. Maximizar o papel dos meios de comunicação de massas no sentido de aumentar a conscientização dos desafios ecológicos e sociais.
- d. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

### **15.Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.**

- a. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e diminuir seus sofrimentos.
- b. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento externo, prolongado o evitável.
- c. Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies ameaçadas.

### **16.Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.**

- a. Estimular e apoiar os entendimentos mútuos, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro e entre nações.
- b. Implementar estratégias combinadas para prevenir conflitos violentos e animar a colaboração de todos para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.
- c. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.
- d. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição de massa.
- e. Afirmar que o uso de espaços orbitais e exteriores apoiam a proteção ambiental e a paz.
- f. Reconhecer que a paz é a integridade criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com o grande Todo do qual somos parte.

## **COMO CONTINUAR**

Como nunca antes na história o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que comprometer-nos a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável a nível local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender da continuada busca de verdade e de sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresa é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a

implementação dos princípios da Carta da Terra junto com um instrumento legal vinculante com referência ao ambiente e ao desenvolvimento. Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela rápida luta pela justiça e pela paz e pela alegre celebração da vida.

## ANEXO II

Trecho do documento oficial da ONU – Relatório “Nosso Futuro Comum”  
- sobre o conceito do desenvolvimento sustentável em 1987. (Link:  
<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/N8718467.pdf>)

UNITED  
NATIONS

**A**



### General Assembly

Distr.  
GENERAL

A/42/427  
4 August 1987  
ENGLISH

ORIGINAL: ARABIC/CHINESE/ENGLISH/  
FRENCH/RUSSIAN/SPANISH

---

Forty-second session  
Item 83 (e) of the provisional agenda\*

DEVELOPMENT AND INTERNATIONAL ECONOMIC CO-OPERATION: ENVIRONMENT

Report of the World Commission on Environment  
and Development

3. Sustainable Development

27. Humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. The concept of sustainable development does imply limits - not absolute limits but limitations imposed by the present state of technology and social organization on environmental resources and by the ability of the biosphere to absorb the effects of human activities. But technology and social organization can be both managed and improved to make way for a new era of economic growth. The Commission believes that widespread poverty is no longer inevitable. Poverty is not only an evil in itself, but sustainable development requires meeting the basic needs of all and extending to all the opportunity to

fulfil their aspirations for a better life. A world in which poverty is endemic will always be prone to ecological and other catastrophes.

28. Meeting essential needs requires not only a new era of economic growth for nations in which the majority are poor, but an assurance that those poor get their fair share of the resources required to sustain that growth. Such equity would be aided by political systems that secure effective citizen participation in decision making and by greater democracy in international decision making.

29. Sustainable global development requires that those who are more affluent adopt life-styles within the planet's ecological means - in their use of energy, for example. Further, rapidly growing populations can increase the pressure on resources and slow any rise in living standards; thus sustainable development can only be pursued if population size and growth are in harmony with the changing productive potential of the ecosystem.

30. Yet in the end, sustainable development is not a fixed state of harmony, but rather a process of change in which the exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development, and institutional change are made consistent with future as well as present needs. We do not pretend that the process is easy or straightforward. Painful choices have to be made. Thus, in the final analysis, sustainable development must rest on political will.

## APÊNDICE I

Questionário, baseado na pesquisa realizada pelo MEC com o Coletivos Jovens de Meio Ambiente (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao10.pdf>) e na dissertação de mestrado de Antonio Geraldo Alves Ribeiro (<http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000279525.pdf>).

Bom dia/bom tarde, meu nome é Caroline Cunha Frutuoso Belomo, sou pesquisadora e mestranda em educação sociocomunitária pelo UNISAL. Estou realizando um estudo sobre as questões socioambientais. A sua opinião é muito importante.

### BLOCO 1 – PERFIL DO ENTREVISTADO

**1. Sexo do entrevistado**

( ) Feminino ( ) Masculino

**2. Qual é a sua idade? \_\_\_\_\_ anos**

**3. Em que escola estuda?**

\_\_\_\_\_

**4. Em que ano escolar está?**

\_\_\_\_\_

**5. Em qual renda mensal sua família se enquadraria?**

- ( ) 1 a 5 salários mínimos  
( ) 5 a 8 salários mínimos  
( ) 8 a 12 salários mínimos  
( ) Mais de 12 salários mínimos  
( ) Não sei

**6. Você se considera uma pessoa informada sobre as questões ambientais?**

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

**6.1. Se sim, cite os dois fatores que mais contribuíram para isso?**

A\_\_\_\_\_ B\_\_\_\_\_

- 1 – A escola onde estudei  
2 – Onde trabalho  
3 – A educação que recebi em casa  
4 – A participação em associações e/ou entidades comunitárias  
5 – As informações obtidas através dos meios de comunicação (rádio, tv, jornais, internet)

6 – Outros (especificar)

---

**BLOCO 2 – COMPORTAMENTOS, ATITUDES, QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS**

**7. Quais são os assuntos da atualidade que têm mais lhe chamado à atenção?**

A\_\_\_\_\_ B\_\_\_\_\_ C\_\_\_\_\_ D\_\_\_\_\_ E\_\_\_\_\_

- 1-Meio Ambiente
- 2-Educação
- 3-Juventude
- 4-Cidadania
- 5-Cultura e lazer
- 6-Política
- 7-Direitos humanos
- 8-Esporte
- 9-Diversidade étnico-racial
- 10-Gênero
- 11-Empreendedorismo
- 12-Questões rurais/campo
- 13-Espiritualidade/religião
- 14-Outros-  
Quais? \_\_\_\_\_

7.1. Quais desses assuntos você mais gostaria de discutir junto de seus pais, amigos e a sociedade?

\_\_\_\_\_

**8. Pensando em Sertãozinho-SP, aponte cinco problemas que você acredita que sejam os principais que ocorrem na cidade:**

A\_\_\_\_\_ B\_\_\_\_\_ C\_\_\_\_\_ D\_\_\_\_\_ E\_\_\_\_\_

- 1-Desperdício de água
- 2-Violência urbana
- 3-Desmatamento
- 4-Poluição das águas
- 5-Crescimento urbano descontrolado
- 6-Uso inadequado de agrotóxicos e fertilizantes
- 7-Falta de conservação de áreas naturais
- 8-Falta de reforma agrária
- 9-Precariedade do sistema de saúde pública
- 10-Poluição do ar
- 11-Má qualidade do ensino público
- 12-Degradação do patrimônio histórico



- 13-Extinção de espécies animais e vegetais
- 14- Fome e pobreza
- 15- Desemprego
- 16- Expansão agrária descontrolada
- 17-Falta de sistemas de gestão de resíduos sólidos (lixo)
- 18- Erosão ou Contaminação do solo
- 19-Desvalorização das tradições e costumes regionais
- 20-Queimada de cana
- 21-Quais? \_\_\_\_\_

**9. Você já participou de alguma iniciativa de caráter coletivo para resolver algum desses problemas apontados?**

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_ (Ir para a questão 9.1)

**9.1 – Como?(anotar até 3 respostas)**

- ( ) Trabalho voluntário
  - ( ) Reunião comunitária
  - ( ) Participando de manifestações (ex. passeatas, mutirões)
  - ( ) Reuniões com representantes de órgãos públicos
  - ( ) Procurando autoridades para reclamação direta
  - ( ) Denúncias
  - ( ) Outra (especificar)
- 

**10. Leia a lista de expressões abaixo e marque aquelas as que estão relacionadas com a ideia que você tem de Meio Ambiente.**

1. Sim, está relacionado com meio ambiente
2. Não está relacionado com meio ambiente
3. Não Sei

a) Emprego	l) Agricultura
b) Distribuição de renda	m) Moradia
c) Geração e distribuição de energia	n) Educação
d) Segurança Pública	o) Violência Social
e) Economia	p) Consumo
f) Turismo	q) Lazer
g) Poluição	r) Reforma agrária
h) Fome	s) Desmatamento
i) Desperdício	t) Recursos Hídricos
j) Clima	u) Biodiversidade
k) Saúde	

**11. Leia algumas ações do dia-a-dia e complete:**

- 1 – Nunca faz    2 – Faz às vezes    3 – Sempre faz    4 – Pretende fazer  
5 – Não Sei**

A – Deixar o aparelho de TV ligado, mesmo não assistindo \_\_\_\_\_

- B - Fechar a torneira enquanto escova os dentes\_\_\_\_\_
- C - Reutilizar sobras de materiais, produtos e embalagens\_\_\_\_\_
- D – Cuidar de quintais e jardins de sua casa\_\_\_\_\_
- E – Cuidar de praças e ruas do seu bairro, sua cidade\_\_\_\_\_
- F – Separar os resíduos sólidos domésticos (lixo) para coleta seletiva\_\_\_\_\_
- G – Dar preferência a produtos orgânicos na alimentação e no uso pessoal\_\_\_\_\_

**12. Qual o seu grau de concordância com as seguintes frases:**

**1 – Discorda**  
**4 – Não Sei**

**2 – Indiferente**

**3 – Concorda**

- 1- Se você reduz o consumo de água, isto faz diferença para a conservação ambiental.\_\_\_\_\_
- 2- Se você reduz o consumo de energia, isto faz diferença para a conservação ambiental.\_\_\_\_\_
- 3- Se você separa os diferentes resíduos (lixo) de sua casa ou trabalho, isto faz diferença para a conservação ambiental.\_\_\_\_\_
- 4- Se você consome menos carne, isto faz diferença para a conservação ambiental.\_\_\_\_\_
- 5- Se você não cria animais silvestres, isto faz diferença para a conservação ambiental.\_\_\_\_\_
- 6- Se você diminui o uso de embalagens, isto faz diferença para a conservação ambiental.\_\_\_\_\_
- 7- Se você evita produtos descartáveis, isto faz diferença para a conservação ambiental.\_\_\_\_\_
- 8- Se você cultiva áreas verdes, isto faz diferença para a conservação ambiental.\_\_\_\_\_